Diário do Comércio

91 ANOS / DESDE 1932
Belo Horizonte, MG
Quinta-feira, 25 de julho de 2024

EDIÇÃO 25.129

diariodocomercio.com.br
JOSÉ COSTA fundador
ADRIANA COSTA MULS presidente

R$ 3,50



Mineradoras faturam 8% a mais no Estado no 1º semestre

ECONOMIA Montante apurado em Minas Gerais corresponde a 42,3% do total nacional

Favorecido pela alta do dólar e pelo aumento da produção, o faturamento das mineradoras chegou a R$ 54,8 bilhões no primeiro semestre em Minas Gerais, com crescimento de 8% frente ao mesmo período de 2023. De acordo com os dados do Instituto Brasileiro de Mineração (Ibram), o Estado faturou o equivalente a 42,3% do montante registrado no País, que atingiu R$ 129,5 bilhões, valor também 8% superior em igual base comparativa.

De janeiro a junho Minas arrecadou R$ 1,7 bilhão com a Compensação Financeira pela Exploração Mineral (Cfem), um avanço de 9,8% em relação a idêntico intervalo do ano passado. O Estado respondeu pelo maior recolhimento entre as unidades da Federação, representando 47% do total nacional, de R$ 3,6 bilhões.

As exportações mineiras do setor somaram US$ 9,1 bilhões e as brasileiras, US$ 21,5 bilhões, o que representa aumento de 6,9% e 8,5%, respectivamente. PÁG. 3



A arrecadação da Cfem em Minas Gerais atingiu R$ 1,7 bilhão de janeiro a junho FOTO: DIVULGAÇÃO / RICARDO TELES

Valor Geral de Vendas de imóveis cai 10%

Preço médio do metro quadrado registra aumento de 2,3% no primeiro semestre em MG, aponta o Senior Index PÁG. 4

Copam aprova o licenciamento ambiental para a expansão do metrô de Belo Horizonte

As obras de expansão do metrô de Belo Horizonte ganharam sinal verde. O Copam aprovou ontem o licenciamento ambiental do projeto, o que permite o início das intervenções para ampliação da Linha 1 e implantação da Linha 2. O metrô tem 19 estações, com cerca de 28 quilômetros de extensão. Até 2026, a concessionária Metrô BH vai construir a estação Novo Eldorado, que será interligada ao terminal Eldorado, em Contagem. Para ligar o bairro Nova Suíça ao Barreiro, a empresa implantará uma segunda linha, com sete estações e 10,5 km de via permanente. PÁG. 5



A concessionária Metrô BH vai ampliar a Linha 1 e implantar a Linha2 FOTO: DIVULGAÇÃO / METRÔ BH

ABCZ estima crescimento nos negócios da 17ª edição da ExpoGenética, em Uberaba

Os negócios da 17ª edição da ExpoGenética, maior mostra de animais avaliados do País, serão estimulados pelo crescimento nos investimentos em genética em busca de uma produção de carne bovina mais sustentável, eficiente e competitiva. A feira, organizada pela Associação Brasileira dos Criadores de Zebu (ABCZ), terá 55 leilões e quatro *shoppings* de animais, entre 17 e 25 de agosto, no Parque Fernando Costa, em Uberaba, no Triângulo Mineiro. A estimativa é superar em 10% o faturamento de R$ 52,2 milhões registrado em 2023. PÁG. 8



A ExpoGenética é a principal mostra de animais avaliados do País FOTO: ANDRÉ SANTOS / ABCZ

Grupo Potencial começa a operar em Betim

PÁG. 6

Fast Tennis aposta nos Jogos Olímpicos

PÁG. 9

Uaimií se concentra na produção de cervejas

PÁG. 11

ARTIGOS

EDITORIAL

O processamento eletrônico de dados representou transformações e avanços maiores e mais rápidos que todos aqueles ocorridos ao longo do tempo. Para o bem e para o mal, entenda-se desde logo e com plena consciência das implicações desses avanços. Assim como o indivíduo tornou-se dependente da telefonia celular, num grau que já é tratado como patológico, a sociedade no seu conjunto pode estar sendo aprisionada A pane em sistemas ao redor do planeta, que ocorreu na semana passada, comprometeu serviços de comunicação, bancários, médicos e industriais, além de operações de transporte aéreo. Por tão pouco, por conta de um incidente que poderia ser dado como banal e passar até despercebido, o mundo quase parou. PÁG. 2

DÓLAR DIA 24

COMERCIAL	COMPRA R$ 5,6560	VENDA R$ 5,6570
TURISMO	COMPRA R$ 5,6870	VENDA R$ 5,8670
PTAX (BC)	COMPRA R$ 5,6340	VENDA R$ 5,6346

EURO DIA 24

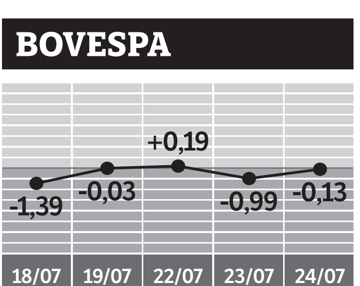
COMERCIAL	COMPRA R$ 6,1135	VENDA R$ 6,1164

OURO DIA 24

NOVA YORK (ONÇA-TROY) US$ 2.396,26
BM&F (g) R$ 439,12

TR dia 25	0,0894%
POUPANÇA dia 25	0,5898%
IPCA – IBGE maio	0,46%
IPCA – IPEAD maio	0,62%
IGP-M maio	0,89%

BOVESPA





OPINIÃO

Olhando o passado para energizar o futuro



Rodrigo Bourscheidt
CEO e fundador da Energy+

O Brasil começou a olhar para a energia solar de forma mais significativa a partir de 2012, com a Resolução Normativa nº 482 da Aneel (Agência Nacional de Energia Elétrica), que regulamentou a microgeração e minigeração distribuída. Antes disso, o País era altamente dependente de hidroeletricidade, com pouca diversificação nas fontes de energia renovável. A energia solar era praticamente inexistente no cenário energético brasileiro.

Hoje temos políticas de incentivo, com a isenção de impostos como ICMS, PIS e Cofins para sistemas de geração distribuída em muitos estados, mas ainda estamos uns 20 anos atrasados em relação ao mundo. A expectativa é que a matriz energética brasileira fique bem mais diversa nas próximas décadas, afinal o país é um dos que possui maior potencial na produção de energia limpa e renovável. Em 2050, segundo estudo da consultoria Bloomberg New Energy Finance, cerca de 32% da energia nacional viria do Sol, enquanto a hidrelétrica cairia para 30%, e a eólica subiria para 14,2%.

Atualmente, um dos desafios é a necessidade de praticidade das leis e dos regulamentos. Por exemplo, uma concessionária precisa ser mais ágil no momento de dar o acesso ao microgerador, pois conseguir essa autorização é bem demorado e desestimula o crescimento do setor. Também a burocracia, que envolve a simplificação de processos de conexão à rede elétrica, é morosa. É preciso mais infraestrutura, com investimentos em rede elétrica para suportar a integração de mais energia solar.

Vale ressaltar que a produção de equipamentos para gerar energia solar tem um custo cada vez menor, mas ainda alto se comparado à conta de luz. É fazendo esta comparação que se calcula o retorno do capital investido e será determinante para o consumidor decidir ou não pela sua instalação. Então é necessário desenhar uma forma de financiamento adequada para que o usuário final possa equilibrar a conta de luz que paga com o financiamento de seu equipamento. Quando atingirmos esse equilíbrio, teremos pessoas migrando para a energia solar. Além disso, quanto mais as concessionárias, o governo, as prefeituras, entre outros agentes, entrarem no mercado, utilizarem o sistema e divulgarem que estão utilizando, maior será a percepção de confiabilidade do consumidor.

Portanto, olhar para o passado nos permite entender os desafios superados, os acertos realizados e pode orientar decisões mais assertivas no futuro. Aprender com a evolução tecnológica e as mudanças de mercado contribuem para guiar estratégias que maximizam o potencial da energia solar.

Por isso, é primordial definir programas e incentivos, alinhados à política pública e à legislação vigentes para que o Brasil se consolide como referência mundial no aumento do uso de fontes alternativas, capazes de abastecer à crescente demanda energética da população, de atender grupos sem acesso à energia de qualidade e, ainda, mantendo a matriz altamente renovável.

A energia solar não é apenas uma solução para o presente, mas um pilar fundamental para um futuro energético mais limpo, justo e que ainda a veremos sendo amplamente utilizada.%

EUA: enredo político eletrizante



Cesar Vanucci
Jornalista (cantonius1@yahoo.com.br)

"Acredito que é do melhor interesse do meu partido e do país que eu me afaste" (Joe Biden, presidente dos EUA).

Os olhares mundiais estão focados na corrida presidencial estadunidense. Os resultados da eleição de novembro vindouro terão reflexos pronunciados no jogo político internacional. As recentes, inesperadas e impactantes reviravoltas na marcha sucessória visando à conquista da Casa Branca, assemelham-se com um daqueles eletrizantes filmes de ação produzidos por Hollywood em seus anos dourados.

Cuidemos de recapitular o enredo do processo eleitoral em curso. Vitoriosos nas prévias partidárias, Joe Biden e Donald Trump lançam-se como candidatos, o primeiro postulando à reeleição, o segundo aspirando retorno ao posto. Contra o candidato republicano pesam acusações de suma gravidade, a mais grave das quais incriminando-o como mentor da invasão golpista ao Capitólio, além de tentativa de alterar em proveito próprio resultado das urnas em 2020. O ex-presidente é condenado por um tribunal de NY numa das ações contra ele movidas. O desempenho de Biden no primeiro debate televisivo é considerado desastroso. Junte-se a isso, a circunstância de ele mostrar-se fragilizado, física e emocionalmente, em atos públicos importantes. Correligionários do presidente candidato tornam público o desejo de que ele se afaste da disputa por falta de condições psicológicas. Num primeiro momento, Biden recusa-se a acatar a recomendação. Pesquisas de opinião apontam empate técnico entre os contendores.

A campanha atingia alto grau de efervescência, com retórica inflamada de parte a parte, quando ocorreu o infame atentado que só por um milagre não atingiu Donald Trump mortalmente. A convenção republicana, pouco depois, revestiu-se de pompa triunfal. A pressão dos democratas pela desistência de Biden ganhou mais força.

A primeira parte do discurso de Trump no conclave produziu forte emoção. A segunda parte, fortes temores. O republicano mostrou-se mais Trump do que nunca. Atacou virulentamente os adversários, hostilizou brutalmente os imigrantes, negou as políticas de proteção ambiental diante do aquecimento global.

Acometido de Covid, Joe Biden resolve aquiescer ao apelo dos companheiros, desistindo de recandidatar-se e indicando sua vice, Kamala Harris, para substituí-lo. A indicada, mulher negra, filha de pai jamaicano e mãe indiana, advogada, já tendo sido senadora pelo estado da Califórnia, destaca-se como líder na área dos direitos humanos. Recebendo apoio significativo dos principais nomes do partido democrata, deverá ser oficializada, como candidata a presidente na convenção de agosto.

Analistas políticos consideram viável a eleição de Kamala. Preveem, também, que Donald Trump, confirmada a hipótese, conteste o resultado recorrendo à alegação falaciosa de eleição fraudada. A conferir... %

EDITORIAL

Alarme e advertência

O processamento eletrônico de dados representou, para a humanidade, sobretudo num período que pode ser contado em aproximadamente 50 anos, transformações e avanços maiores e mais rápidos que todos aqueles ocorridos ao longo do tempo. Para o bem e para o mal, entenda-se desde logo e com plena consciência das implicações desses avanços. Assim como o indivíduo tornou-se dependente da telefonia celular, num grau que já é tratado como patológico, a sociedade no seu conjunto pode estar sendo aprisionada, com desdobramentos que atingem diferentes aspectos, da política à economia, tudo isso sugerindo mais reflexão, cuidados que começam com o adolescente, individualmente, mas claramente alcançam a educação, saúde, sistemas financeiros, industriais e comerciais, tornando arcaicos também conceitos de defesa que até há pouco tempo pareciam imutáveis.

Como bem poderiam lembrar os mais velhos e mais sábios, é preciso parar e refletir sobre o sentido do que acontece à nossa volta para que seja possível entender se, de fato, estamos todos avançando e em que direção. E muito mais que as considerações sobre os aspectos nocivos das redes sociais e da comunicação globalizada, porém descontrolada. E como primeira referência para tal exercício podem ser tomados acontecimentos recentes, especificamente a pane em sistemas ao redor do planeta que ocorreu na semana passada, comprometendo serviços de comunicação, bancários, médicos e industriais, além de operações de transporte aéreo. Tudo, conforme o informado, por conta de falhas na atualização de um determinado programa de larga utilização, tudo isso colocando o planeta, ou parte dele, à beira daquilo que bem poderia ser chamado de abismo cibernético.

Por tão pouco, por conta de um incidente que poderia ser dado como banal e passar até despercebido, o mundo quase parou. Cabe pensar a respeito, cabe avaliar melhor os riscos de tamanha dependência, tudo isso desde o indivíduo passando por empresas de todos os portes e alcançando estados nacionais, tais como os conhecemos e definem a sociedade contemporânea em seus múltiplos aspectos. Definitivamente não é pouca coisa ou algo que possa ficar para mais tarde, passado o susto do primeiro momento. O tal apagão cibernético que, objetivamente, parece ter merecido pouca atenção e nenhuma reflexão, deve na realidade ser tomado como alarme e advertência, nunca como se fosse algo previsível e banal, de menos importância, parte de uma nova rotina que ainda não conhecemos.

Porque na realidade podemos todos estar lidando com mudanças culturais, comportamentais, políticas e econômicas para as quais certamente não estamos preparados. E, afinal, sequer somos capazes de avaliar com mínima precisão a quem exatamente elas podem interessar. %

Diário do Comércio

FUNDADO EM 18 DE OUTUBRO DE 1932
Fundador
José Costa

PRESIDENTE DO CONSELHO GESTOR
Luiz Carlos Motta Costa
conselho@diariodocomercio.com.br

PRESIDENTE E DIRETORA EDITORIAL
Adriana Muls
adriana.muls@diariodocomercio.com.br

DIRETOR EXECUTIVO
Yvan Muls
yvan.muls@diariodocomercio.com.br

CONSELHO CONSULTIVO
Enio Coradi
Tiago Fantini Magalhães
Antonieta Rossi

CONSELHO EDITORIAL
Adriana Machado / Claudio de Moura Castro / Lindolfo Paoliello / Luiz Michalick Mônica Cordeiro / Teodomiro Diniz

DIÁRIO DO COMÉRCIO EMPRESA JORNALÍSTICA LTDA.
Av. Américo Vespúcio, 1.660 CEP 31.230-250 - Caixa Postal: 456

REDAÇÃO

EDITORA-EXECUTIVA
Luciana Montes

EDITORES
Alexandre Horácio
Clério Fernandes
Rafael Tomaz
Cláudia Duarte

pauta@diariodocomercio.com.br

TELEFONES
Atendimento Geral 3469-2000
Administração 3469-2004
Redação 3469-2040
Comercial 3469-2007
Industrial 3469-2085 / 3469-2092

GERENTE INDUSTRIAL
Manoel Evandro do Carmo
industrial@diariodocomercio.com.br

ASSINATURA (impresso + digital)
assinaturas@diariodocomercio.com.br

SEMESTRAL R$ 396,90
Belo Horizonte, Região Metropolitana

ANUAL R$ 793,80
Belo Horizonte, Região Metropolitana

PREÇO DO EXEMPLAR AVULSO:
R$ 3,50

Demais regiões, consulte nossa Central de Atendimento.

FILIADO À



SINDIJORI
Sindicato dos Proprietários de Jornais, Revistas e Similares do Estado de Minas Gerais

diariodocomercio.com.br
diariodocomercio
@diariodocomercio

Mineradoras faturam R$ 54,8 bilhões em MG

INDÚSTRIA EXTRATIVA Resultado do primeiro semestre representa crescimento de 8%, segundo balanço do Ibram

THYAGO HENRIQUE

As mineradoras de Minas Gerais faturaram R$ 54,8 bilhões no primeiro semestre deste ano. O montante corresponde a um crescimento de 8% na comparação com os seis primeiros meses de 2023. Dentre as unidades federativas, o Estado foi o que mais faturou, respondendo por 42,3% do total nacional, de R$ 129,5 bilhões, valor que também equivale a um aumento interanual de 8%.

Os dados foram divulgados ontem pelo Instituto Brasileiro de Mineração (Ibram). Conforme o diretor-presidente da entidade, Raul Jungmann, o fato de o dólar ter subido de US$ 4,86, em média, nos primeiros seis meses do ano passado, para US$ 5,30 entre janeiro e junho de 2024, impulsionou o faturamento do setor mineral brasileiro e, consequentemente, mineiro.

"A razão do crescimento do faturamento em Minas Gerais é uma versão estadual do que aconteceu a nível nacional, que é o aumento do dólar, que traz benefícios para quem exporta, embora traga restrições para quem importa. Como Minas Gerais, juntamente com o Pará, é um dos maiores produtores de ferro que temos no País, sai beneficiada por isso", destacou.

Complementando a fala de Jungmann, o diretor de Sustentabilidade e Assuntos Regulatórios do Ibram, Júlio Nery, explicou que, além do dólar, houve um aumento de produção das mineradoras de Minas Gerais e do Pará. De acordo com ele, o crescimento produtivo verificado não foi tão grande, mas se somou ao efeito da cotação para beneficiar as produtoras de minério do Estado.

Cfem - De janeiro a junho de 2024, Minas Gerais arrecadou R$ 1,7 bilhão com a Compensação Financeira pela Exploração Mineral (Cfem). O valor equivale a uma alta de 9,8% frente a igual intervalo de 2023. O Estado teve o maior recolhimento entre as unidades da Federação, representando 47% do total nacional, de R$ 3,6 bilhões, cifra 6,1% superior na comparação.

No período, as exportações mineiras somaram US$ 9,1 bilhões e as brasileiras totalizaram US$ 21,5 bilhões, o que representa aumentos de 6,9% e 8,5%, respectivamente. Por outro lado, as importações caíram 26% em Minas Gerais, para US$ 542,3 milhões, e 30,8% no Brasil, para US$ 4,3 bilhões. Dessa forma, o saldo da balança comercial do setor mineral chegou a US$ 9,6 bilhões no Estado, com elevação de 4,8%, e US$ 17,2 bilhões no País, com avanço de 26,3%.

Já a previsão de investimentos da indústria da mineração para o quinquênio 2024-2028 foi mantida, segundo o Ibram. Conforme a entidade, as mineradoras pretendem investir US$ 64,5 bilhões no Brasil no período. A maior parte será investida em Minas Gerais, US$ 17,2 bilhões.

> **"A razão do crescimento do faturamento em Minas Gerais é uma versão estadual do que aconteceu a nível nacional, que é o aumento do dólar"**
> Raul Jungmann



Atividade extrativa mineral gerou receita de R$ 1,7 bilhão em *royalties* no primeiro semestre no Estado FOTO: BRUNO MAGALHÃES / NITRO

Reunião deve gerar oportunidades

Nesta quinta-feira (25), a diretoria do Ibram vai se reunir com uma delegação da Arábia Saudita, liderada pelo ministro da Indústria e Recursos Minerais do país, Bandar Alkorayef. No encontro, também estarão presentes executivos das mineradoras Vale, Samarco, Sigma Lithium, Anglo American, AngloGold Ashanti, entre outras. A reunião é considerada histórica e, segundo o presidente da entidade, Raul Jungmann, será objeto de possibilidade recíprocas de oportunidades de negócios e investimentos.

De acordo com o diretor-presidente da entidade, as potencialidades brasileiras, em termos de recursos minerais, serão apresentadas aos sauditas, além da projeção de aportes do setor para o quinquênio iniciado neste ano. Conforme ele, a ideia é que as tratativas não se encerrem amanhã e, será proposto aos estrangeiros, a criação de um grupo permanente entre as partes.

"Podemos trabalhar com os sauditas a transferência de tecnologia, de produção, sem sombra de dúvida, mas ao mesmo tempo vamos colocar na mesa todas as oportunidades que temos não apenas em termos minerais, mas também na verticalização de processos", destacou Jungmann. **(TH)**

Itaminas fecha acordo com o MPMG

RODRIGO MOINHOS

A Itaminas Comércio de Minérios assinou um Termo de Compromisso com o Ministério Público de Minas Gerais (MPMG) e a Fundação Estadual de Meio Ambiente (Feam), que prevê a regularização de complexo minerário em Sarzedo, na Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH). Para compensar os danos ambientais, a mineradora assumiu o compromisso de realizar o pagamento de R$ 10 milhões, a serem destinados para medidas socioambientais na região.

Além disso, a empresa deverá pagar mais R$ 1 milhão, que será destinado ao projeto de estruturação adicional do Parque Municipal Cachoeira de Sarzedo, bem como efetuar doação ao Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) de área livre, desimpedida, pendente de regularização e preservada com vegetação nativa, de 40,2869 hectares, localizada no Parque Nacional da Serra do Gandarela.

Dentre as obrigações firmadas com o MPMG, a Itaminas também deverá garantir a estabilidade e segurança da pilha de estéril da barragem B2, incluindo a área denominada Aterro do Zé, a partir de diagnóstico e plano de ações que deverá ser elaborado e executado.

O promotor de Justiça de Ibirité, Domingos Ventura de Miranda Júnior, ressaltou que foi possível encontrar uma solução satisfatória por meio da negociação, além de garantir o adequado licenciamento ambiental.

"Estão previstas medidas de controle ambiental e compensatórias pertinentes e com retornos efetivos para a comarca de Ibirité, em especial para o município de Sarzedo. O termo de compromisso ainda prevê o incremento de unidades de conservação, em especial no Parque Natural Municipal Cachoeira de Sarzedo, e a execução futura de diversos projetos ambientais relevantes", considerou.

A Itaminas, segundo o MPMG, também ficará proibida de promover o reaproveitamento de materiais do reservatório de barragens sem as devidas licenças legais e deverá demonstrar a regularidade da reserva legal das propriedades que compõem o empreendimento, composta de, no mínimo, 20% da área total dos imóveis rurais, com vegetação nativa conservada, excluídas as áreas de preservação permanente.

No termo da Itaminas assinado com o MPMG também consta um Projeto Técnico de Reconstituição da Flora (PTRF), que deverá ser elaborado para aquelas áreas desprovidas de vegetação nativa preservada ou objeto de intervenções não regularizadas. Caberá à Feam estabelecer as condições e prazos para a operação do empreendimento até a obtenção da devida licença ambiental e adotar ações de controle necessárias para o funcionamento.

O acordo foi homologado na 2ª Vara Cível da Comarca de Ibirité.

PENSANDO O FUTURO



Paulo Vicente

Professor da Fundação Dom Cabral

Nova corrida colonial: a demanda da Ásia

O aumento não só da demanda de produtos brasileiros pela China e do investimento chinês no Brasil vem chamando a atenção nos últimos anos. Isso ocorre pela dependência cada vez maior de toda a Ásia para recursos naturais externos, em especial alimentação, petróleo e minérios.

Isso já vem ocorrendo desde a década de 1980. Inicialmente foi o Japão que buscou recursos fora do seu território, mas depois a ele se uniram China, Índia, Coreia do Sul, Taiwan e Malásia. Formando o que chamo de terceira corrida colonial.

Já houve duas corridas coloniais antes, uma no século 16 e outra no século 19. Ambas levaram as relações dos países envolvidos ao extremo, resultando em grandes guerras. A guerra dos 30 anos entre 1618 e 1648 e as Guerras mundiais entre 1914 e 1945.

A história nos mostra que existem padrões de comportamento para as nações envolvidas numa corrida colonial que podem se repetir e que, provavelmente acontecerá, até o final deste século.

O primeiro padrão é a preferência por recursos mais próximos devido a custos e tempos de deslocamento menores, além de maior facilidade de intervenção em caso de disputa militar.

Assim, a maior prioridade para os asiáticos é a região do sudeste da Ásia, Austrália, Nova Zelândia e Oceania. A segunda prioridade deles é a África subsaariana onde investem bilhões de dólares anualmente para desenvolver a capacidade produtiva e logística. A terceira prioridade é a América Latina, de onde importam recursos desde os anos 80, e recentemente houve um aumento de investimentos na compra de empresas, ativos logísticos e energéticos.

O segundo padrão é tentar expandir o sistema. Isso deverá levar ao longo do século 21 a busca de recursos no Ártico e Antártida, e depois no fundo dos oceanos e no espaço.

Finalmente existe um terceiro padrão que é a busca de redução de custos. Isso leva a uma mudança no modelo de negócios ao longo do tempo.

Inicialmente se trabalha apenas com importação de produtos, pois isso evita custos fixos e custos afundados. Mas o custo variável é alto, o que não é um problema se a quantidade importada é baixa.

Quando a demanda aumenta tem de incorporar custos fixos para diminuir custos variáveis. Isso leva a fazer investimentos, e com isso se compram empresas, bancos, portos e estradas de ferro.

A partir de um certo ponto surge uma vulnerabilidade para o importador e isto força a criar capacidades de defesa criando bases militares ao longo das rotas comerciais.

O estágio final é criar monopólios sobre os recursos naturais, estabelecendo colônias e protetorados na região.

Esse processo explica bem o que ocorreu nos séculos 16 e 19, e a história da formação do Brasil. No século 21 estamos no início de uma corrida colonial, mas dessa vez ela é liderada pela Ásia e não pela Europa.

ECONOMIA PARA TODOS



GUILHERME ALMEIDA

Especialista em Educação Financeira no Grupo Suno. Sócio-fundador da Certifiquei, possui experiência como economista, atuando na gestão e elaboração de pesquisas e análises socioeconômicas. Mestre em Estatística pela UFMG

“Democracy dies in darkness”

O título deste texto é utilizado como o lema do jornal “The Washington Post”. A frase “a democracia morre na escuridão” é uma referência a uma citação de PraveenMadhiraju, hoje advogado em Washington DC. Esta expressão destaca a importância da transparência, da liberdade de imprensa e do acesso à informação para o bom funcionamento de uma democracia. Sem vigilância constante e a disseminação de informações verdadeiras, os princípios democráticos podem ser enfraquecidos ou destruídos.

Hoje, a imprensa tradicional e as redes sociais desempenham papéis importantes em uma democracia, embora de maneiras distintas. A imprensa tradicional, com seu rigor na verificação de fatos e ética jornalística, atua como um “quarto poder”, investigando abusos e corrupção e ajudando a formar a opinião pública. Já as redes sociais oferecem acesso rápido às notícias e democratizam a produção de conteúdo, dando voz a pessoas comuns e facilitando a mobilização social.

A responsabilidade do povo vai além do voto; é essencial acompanhar as ações dos eleitos para garantir uma boa gestão pública. A mídia tradicional e as redes sociais ajudam nesse processo, responsabilizando os políticos e mantendo os cidadãos bem informados para uma avaliação precisa das ações governamentais.

A frase “Democracy dies in Darkness” é vista como uma representação da importância do jornalismo como fiscalizador dos poderes. No entanto, conforme destacam Laura Karpuska e Vandson Lima, cumprir essa função nunca foi tão desafiador, seja pela dificuldade de encontrar um modelo sustentável para o jornalismo, seja porque, em alguns casos, os poderes tentam sufocar a produção de conteúdo que os fiscaliza.

No Brasil, 2.707 cidades não têm nenhum meio de comunicação local, de acordo com o projeto Atlas de Notícias. Isso representa quase 50% dos municípios do País. Em Minas Gerais, a situação é ainda mais crítica: 494 cidades não têm nenhum veículo de comunicação, o que equivale a 58% do total. Esses são chamados de “desertos de notícias”.

Nesses municípios mineiros, onde a população média é de 6.500 habitantes, estão 3,2 milhões de pessoas. Não há nenhum veículo tradicional noticiando as atividades dos prefeitos e vereadores, visto que veículos com cobertura nacional não o farão. Soma-se a isso, os 229 municípios mineiros nos quais há apenas um ou dois veículos jornalísticos – os chamados ‘quase desertos’. Nessas cidades, iniciativas locais tornam-se mais vulneráveis a interferências políticas ou de grupos de interesse.

A imprensa tradicional e as redes sociais têm papéis importantes na promoção da democracia. A imprensa fornece informações verificadas e análises aprofundadas, enquanto as redes sociais permitem uma ampla disseminação de informações e maior participação pública. No entanto, é importante enfrentar os desafios de ambos os meios para garantir que eles contribuam positivamente para a democracia, especialmente em áreas onde a disseminação de informações ainda enfrenta dificuldades. %



Enquanto o preço de alguns insumos da construção civil apresentaram queda no primeiro semestre, o valor do bloco avançou 10% no período, segundo o Senior Index FOTO: DÊNIO SIMÕES / AGÊNCIA BRASIL

Valor Geral de Vendas recua 10% em Minas

% CONSTRUÇÃO CIVIL Por outro lado, preço médio do metro quadrado de imóveis valorizou no primeiro semestre

RODRIGO MOINHOS

O Valor Geral de Vendas (VGV) de imóveis em Minas Gerais sofreu uma retração de 10% no primeiro semestre deste ano. Os dados são do relatório Senior Index e mostram que, por outro lado, o valor médio do metro quadrado no Estado apresentou incremento de 2,3% na mesma base de comparação.

De acordo com o levantamento, a valorização por metro quadrado no Estado teve como destaques cidades como Uberlândia (R$ 5.232) e Uberaba (R$ 4.952), no Triângulo Mineiro; Ipatinga (R$ 7.533), no Vale do Aço; Juiz de Fora (R$ 5.084), na Zona da Mata e Governador Valadares (R$ 8.399), no Vale do Rio Doce.

Já em âmbito nacional, a pesquisa mostra resultados positivo. No primeiro semestre de 2024, as vendas de imóveis cresceram 4,5% em relação ao mesmo período do ano passado.

> **“A valorização por metro quadrado no Estado teve como destaques cidades como Uberlândia (R$ 5.232) e Uberaba (R$ 4.952)”**

Os dados Senior Index, relatório que monitora indicadores de mercado, consideram as operações gerenciadas através de soluções próprias e engloba mais de 45 das 100 maiores construtoras do País.

Custos - Enquanto alguns insumos da construção civil tiveram queda de preços no primeiro semestre, como o aço e cimento, que caíram 5%, o valor do bloco de concreto aumentou 10% no período. “Este cenário vimos diretamente relacionado na época de pandemia, onde tivemos um estouro de valor, com altas nos insumos e, consequentemente, aumento do valor dos imóveis”, afirmou o *head of product* da Senior Sistemas, Rafael Bahr.

Distratos - Com relação aos distratos, na comparação do primeiro semestre de 2024 frente ao mesmo período de 2023, Minas Gerais apresentou aumento da ordem de 6,7%, ainda assim o índice foi inferior à média nacional, da ordem de 11,5%. “Minas Gerais está abaixo da média nacional e quase metade dos distratos que ocorreram nesse primeiro semestre foi originado de vendas realizadas em 2020 e 2021, período em que nós estávamos com uma taxa de juros bem baixa”, observou.

Na construção, o ciclo é longo e leva de três a quatro anos para ser concluída uma obra e, em muitos dos casos, a venda ocorre ainda no lançamento. “Em 2020 e 2021 estava sendo lançado o imóvel e o cliente tinha o crédito pré-aprovado. Aí, quando chega o momento da entrega das chaves, ocorre o financiamento com o banco e, nesse momento, como estamos com uma taxa de juros mais alta em relação a 2020 e 2021, ocorre muitas vezes de o cliente não ter mais o crédito aprovado com o banco ou o crédito ficou em condições que o cliente não consegue absorver. Então esse é um dos prováveis impactos em relação ao aumento de distratos neste ano”.

Em relação à empregabilidade, olhando especificamente Minas Gerais, de acordo com os dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged), em 2024, houve um aumento de 6,36% na empregabilidade do setor de construção. “O destaque foi para o subsegmento de infraestrutura, onde tivemos um aumento de 8,7%. Essa geração de emprego está concentrada em funções como mestre de obras, pedreiros, eletricistas, carpinteiros e engenheiros”, enumerou. %

% INFRAESTRUTURA

Conselheiro Lafaiete inaugura viaduto

DIONE AS

A cidade de Conselheiro Lafaiete, na região Central de Minas, recebeu investimentos da ordem de R$ 46 milhões em obras de infraestrutura. Os aportes foram realizados pela MRS Logística.



Obras em Conselheiro Lafaiete foram realizadas pela MRS Logística e somaram R$ 46 milhões FOTO: MAURO DUTRA DE FARIAS / PMCL

Após um ano de construção, o viaduto Padre Ermano José Ferreira e a ponte Geraldo Dias Moreira, localizados no bairro Cachoeira, serão entregues à população de cerca de 130 mil habitantes nesta quinta-feira (25), segundo a Prefeitura de Conselheiro Lafaiete.

As novas estruturas visam melhorar o fluxo de veículos e garantir a segurança de moradores que, até então, precisavam cruzar a linha férrea existente no local.

O novo viaduto, com 160 metros de extensão, liga as ruas Antônio Aureliano e Valério Eugênio. Já a ponte, que tem 40 metros de extensão, liga a rua Barreto à rua Antônio Aureliano.

“Estas importantes obras que estão sendo entregues são resultado do diálogo e parceria entre a Prefeitura de Lafaiete e a MRS, representando um marco na infraestrutura e mobilidade urbana de Conselheiro Lafaiete, trazendo um grande avanço para a segurança e bem-estar da população”, disse o prefeito da cidade Mário Marcus (União Brasil).

As estruturas são resultado da renovação da concessão da MRS com a Prefeitura de Lafaiete, realizada em 2022, que faz parte do plano de investimentos da empresa.

Para o diretor de Relações Institucionais da MRS, Gustavo Bambini, a relação com a prefeitura garantiu estratégias e obras de acordo com planejamento municipal de mobilidade urbana.

“A MRS renovou a sua concessão e se comprometeu em realizar investimentos em grandes projetos como este, que refletem diretamente na melhoria da mobilidade urbana e segurança das pessoas que cruzam a linha férrea. A entrega, dentro do prazo, tanto do viaduto quanto da ponte, corrobora o compromisso da MRS em realizar investimentos que eliminam riscos de acidentes”, diz Bambini. %

Licenciamento ambiental é aprovado

METRÔ Com essa aprovação pelo Copam ontem, obras de expansão do modal estão liberadas; concessão da licença ainda é analisada pela Semad

THYAGO HENRIQUE

As obras de expansão do metrô de Belo Horizonte, aguardadas há décadas pelos mineiros, estão liberadas para começar. Ontem, a Câmara Técnica de Infraestrutura (CIF), do Conselho Estadual de Meio Ambiente (Copam), aprovou o licenciamento ambiental do projeto, o que permite o início das intervenções para ampliação da Linha 1 e implantação da Linha 2.

Atualmente, o metrô da capital mineira tem 19 estações, com cerca de 28 quilômetros de extensão. Nesta única linha existente, a concessionária Metrô BH vai construir, até 2026, a estação Novo Eldorado, que será interligada ao terminal Eldorado, em Contagem, na Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH), demandando 1,6 km de via permanente.

Para ligar o bairro Nova Suíça ao Barreiro, a empresa também construirá uma segunda linha, com sete estações e 10,5 km de via permanente. As primeiras obras dessa linha do metrô estão previstas para começar em setembro, com o *start* da operação em 2029. Caso o cronograma se concretize, tanto o começo das intervenções quanto o funcionamento da linha estarão adiantados em relação às datas estabelecidas no contrato de concessão, que eram março de 2026 e 2029, respectivamente.

Em nota à reportagem, a companhia destacou que "o resultado da votação do Copam foi um importante processo para a concessão da licença, que deverá ser emitida pela Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (Semad) dentro dos prazos previstos pela legislação ambiental". E reafirmou seu compromisso em prover à população da Grande BH "todos os benefícios da concessão do sistema, na maior qualidade e menor tempo possível".

Revitalização - Enquanto não inicia as obras de expansão do metrô de Belo Horizonte, a concessionária responsável pelo modal revitaliza a Linha 1. Na última semana, por exemplo, a empresa concluiu a substituição de 300 metros de via permanente de um dos trechos, entre as estações Santa Efigênia e Central Supermercados BH. A revitalização da linha foi iniciada em novembro do exercício passado, e o prazo determinado no contrato de concessão para conclusão das obras é março de 2027.

Concomitantemente, a Metrô BH revitaliza as estações da primeira linha, com a reforma de bilheterias, construção de banheiros acessíveis, dentre vários processos. Até o próximo ano, a gestora pretende concluir a modernização de dez das 19 estações: Eldorado, Cidade Industrial, Vila Oeste, Gameleira, Calafate, Carlos Prates, Lagoinha, Central, Santa Efigênia e Vilarinho.

Também para 2025, a companhia projeta iniciar a reforma das outras nove estações: Santa Tereza, Horto, Santa Inês, José Cândido da Silveira, Minas Shopping, São Gabriel, Primeiro de Maio, Waldomiro Lobo e Floramar. A concessão prevê a finalização destas intervenções para 2026.

Investimentos - A Metrô BH está à frente do metrô da Capital desde março do ano passado e permanecerá, ao todo, por 30 anos. Para executar todas as melhorias previstas no contrato de concessão do modal mineiro, o investimento previsto da concessionária é de R$ 3,9 bilhões.

Do total que será investido, R$ 2,8 bilhões são de aportes do governo federal. Outros R$ 440 milhões são provenientes do Termo de Reparação assinado pelo governo de Minas, Ministério Público de Minas Gerais (MPMG), Ministério Público Federal (MPF) e Defensoria Pública de Minas Gerais (DPMG) com a Vale, em decorrência do rompimento da barragem de Brumadinho.

> "Para executar todas as melhorias previstas no contrato de concessão do modal, investimento previsto da concessionária é de R$ 3,9 bilhões"



Licenciamento ambiental permite ampliação da Linha 1 e implantação da Linha 2 FOTO: DIVULGAÇÃO / METRÔBH



EDIÇÃO IMPRESSA PRODUZIDA PELO JORNAL DIÁRIO DO COMÉRCIO.
Circulação diária em bancas e assinantes. As versões digitais e as íntegras das Publicações Legais contidas nessa página, encontram-se disponíveis no site: diariodocomercio.com.br/publicidade-legal
Acesse também através do QR CODE ao lado.

SINDBEBIDAS

Férias impulsionam mercado de bebidas quentes no Estado

JULIANA SODRÉ

O setor de bebidas deve crescer 12% no mês de julho em função do período de férias. A estabilidade do primeiro semestre no setor não alterou a expectativa de crescimento para a época, que conta com a sazonalidade. As informações são do superintendente executivo do Sindicato das Indústrias de Cerveja e Bebidas em Geral do Estado de Minas Gerais (SindBebidas), Cristiano Lamego.

De acordo com o gestor, as bebidas quentes, como destilados e bebidas alcoólicas mistas, costumam impulsionar o setor nesta época do ano. "A região do Sul de Minas e o Circuito das Águas, que são muito turísticas, se destacam mais nesta época", comenta Lamego. Ao analisar o primeiro semestre, ele afirma que o setor de bebidas se manteve estável e atribui à instabilidade econômica e à reforma tributária esse cenário. "Nosso setor está parado, não temos expectativa de crescimento este ano", afirma.

Segundo Lamego, o segmento está em compasso de espera. "Ninguém sabe o que vai dar a reforma tributária, o empresário fica com receio em investir", comenta. Ele alega que do jeito que foi proposto, as bebidas alcoólicas e açucaradas serão afetadas e pagarão mais impostos, já que foram incluídas no imposto seletivo. "Como não está regulamentado ainda, não temos ideia do que virá. O fato é que haverá um aumento na tributação e não sabemos o tamanho desse impacto", afirma.

Em função disso, ele explica que não espera crescimento do setor no segundo semestre, nem na produção e nem no consumo. "Temos picos de consumo, já que a bebida é muito influenciada pela sazonalidade, mas este ano está um comportamento típico sem nenhum fator novo que pudesse impactar para cima ou para baixo", analisa Lamego.

A variação do dólar também é outro ponto que deixa o empresário 'parado'. Na avaliação de Lamego, a alta da moeda americana reduz o interesse do empresário em investir em novos equipamentos, por exemplo.


Bebidas quentes, como destilados e bebidas alcoólicas mistas, têm boa performance no mês de julho FOTO: REPRODUÇÃO / ADOBESTOCK_

CANOPUS DESENVOLVIMENTO IMOBILIÁRIO LTDA.
CNPJ nº 04.505.660/0001-85 - NIRE (JUCEMG) nº 312.0625275-2
23ª ALTERAÇÃO CONTRATUAL

Pelo presente instrumento particular, às 10 horas do dia 22 de julho de 2024, na sede da Canopus Desenvolvimento Imobiliário Ltda ("CDI"), localizada na rua Maria Luiza Santiago, 200 Sala 2301-D, Bairro Santa Lúcia, Belo Horizonte / MG, CEP 30.360-740, os abaixo assinados:
(a) CANOPUS HOLDING S.A., sociedade por ações, inscrita no CNPJ/MF sob o n° 97.552.976/0001-09, com sede na cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, na rua Maria Luiza Santiago, 200, sala 2402-B, Bairro Santa Lúcia, CEP 30.360-740, inscrita na Junta Comercial do Estado de Minas Gerais ("JUCEMG") sob o NIRE 3130009759-5, representada, neste ato, por seu diretor estatutário, o Sr. Lucas Botelho Mattos, brasileiro, casado, engenheiro civil, portador da Cédula de Identidade n° M-1.032.142 SSP/MG, inscrito no CPF/MF sob o n° 463.294.986-87, residente e domiciliado na Cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, com endereço comercial na rua Maria Luiza Santiago, n° 200, sala 2401-C, Bairro Santa Lúcia, CEP 30.360-740 ("Canopus Holding");
(b) LACASA ENGENHARIA LTDA., sociedade empresária limitada, inscrita no CNPJ sob o nº 01.466.447/0001-13, com sede na rua Maria Luiza Santiago, 200 Sala 2401-B, Bairro Santa Lúcia, Belo Horizonte – MG CEP 30360-740, inscrita na JUCEMG sob nº 312.0497580-3, representada, neste ato, por seu diretor Lucas Botelho Mattos acima qualificado.
Únicas quotistas da sociedade empresária limitada, denominada CANOPUS DESENVOLVIMENTO IMOBILIÁRIO LTDA. ("CDI"), inscrita no CNPJ sob o nº 04.505.660/0001-85 e na Junta Comercial do Estado de Minas Gerais sob o número 312.0625275-2 em 12/06/2001, com sede na rua Maria Luiza Santiago, 200 Sala 2301-D, Bairro Santa Lúcia, Belo Horizonte / MG, CEP 30.360-740, com filiais à rua Fidêncio Ramos, 302 Conjunto 64-D Bairro Vila Olímpia, São Paulo – SP CEP 04551-010, inscrita na Junta Comercial do Estado de São Paulo sob o nº 3590494642-7, em 30/03/2015e no CNPJ sob o número 04.505.660/0004-28 e Avenida das Américas, 3.500, Bloco 6 Salas 501, 502, 503 e 504, Barra da Tijuca – Rio de Janeiro – RJ CEP 22.640-102, inscrita na Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro sob o nº 33901344092 em 11/06/2015, CNPJ 04.505.660/0005-09, resolvem, de comum acordo, promover a vigésima terceira alteração ao seu Contrato Social, conforme as seguintes cláusulas e condições, sendo dispensada a realização de reunião de quotistas, por força do disposto no §3º, do artigo 1.072, da Lei nº 10.406/2002 (Código Civil):

1. **Aumento do Capital Social:**

Os sócios resolvem, por unanimidade de votos, aumentar o capital social da sociedade de R$ 63.456.235,00 (sessenta e três milhões, quatrocentos e cinquenta e seis mil, duzentos e trinta e cinco reais) para R$ 63.612.905,00 (sessenta e três milhões, seiscentos e doze mil, novecentos e cinco reais), realizando a emissão de 156.670 (cento e cinquenta e seis mil, seiscentos e setenta) novas quotas, no valor nominal de R$ 1,00 (um real) cada, totalizando R$ 156.670,00 (cento e cinquenta e seis mil, seiscentos e setenta reais).
As novas quotas foram totalmente subscritas pelos quotistas da CDI, neste ato, e integralizadas mediante o aproveitamento do saldo da conta de Adiantamento para Futuro Aumento de Capital em 30/06/2024:

Quotista	Quantidade de Quotas	Valor em RS
Canopus Holding S.A.	156.669	156.669,00
Lacasa Engenharia Ltda.	1	1,00
Total	**156.670**	**156.670,00**

Em virtude da alteração ora aprovada, o Capital Social passa a ser R$ 63.612.905,00 (sessenta e três milhões, seiscentos e doze mil, novecentos e cinco reais), assim distribuído:

Quotista	Quantidade de Quotas	Valor em RS
Canopus Holding S.A.	63.612.886	63.612.886,00
Lacasa Engenharia Ltda	19	19,00
Total	**63.612.905**	**63.612.905,00**

2. **Redução do Capital Social:**

Por ser considerado excessivo em relação ao objeto social, os quotistas da CDI resolvem por unanimidade reduzir o capital social da sociedade em R$ 63.612.905,00 (sessenta e três milhões, seiscentos e doze mil, novecentos e cinco reais) totalmente integralizado, para o montante de R$ 59.612.905,00 (cinquenta e nove milhões, seiscentos e doze mil, novecentos e trinta e cinco reais), mediante a extinção de 4.000.000 (quatro milhões) de quotas no valor nominal de R$ 1,00 (um real) cada, totalizando R$ 4.000.000,00 (quatro milhões de reais).
As quotas extintas serão pagas aos quotistas da CDI, em moeda corrente nacional, na seguinte proporção:

Quotista	Quantidade de Quotas	Valor em RS
Canopus Holding S.A.	3.999.999	3.999.999,00
Lacasa Engenharia Ltda.	1	1,00
Total	**4.000.000**	**4.000.000,00**

Em virtude da alteração ora aprovada, o Capital Social passa a ser de R$ 59.612.905,00 (cinquenta e nove milhões, seiscentos e doze mil, novecentos e trinta e cinco reais), assim distribuído:

Quotista	Quantidade de Quotas	Valor em RS
Canopus Holding S.A.	59.612.887	59.612.887,00
Lacasa Engenharia Ltda	18	18,00
Total	**59.612.905**	**59.612.905,00**

Em razão da alteração havida e aprovada pela unanimidade dos quotistas, a Cláusula Quinta do Contrato Social passa a vigorar com a redação transcrita no Contrato Social abaixo consolidado:

CANOPUS DESENVOLVIMENTO IMOBILIÁRIO LTDA.
CNPJ n. º 04.505.660/0001-85 - NIRE (JUCEMG) n. º 312.0625275-2
CONSOLIDAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL
CAPÍTULO I – DENOMINAÇÃO, SEDE, OBJETIVO SOCIAL E DURAÇÃO.

Cláusula 1ª. A denominação social é CANOPUS DESENVOLVIMENTO IMOBILIÁRIO LTDA. e a Sociedade é regida por este Contrato Social e pela legislação aplicável, especialmente pelas disposições do Capítulo IV, Título II do Livro II da Parte Especial da Lei nº 10.406/2002 (Código Civil) e, subsidiariamente, pela Lei nº 6.404/1976 e modificações posteriores (Lei das Sociedades por Ações).
Cláusula 2ª. A sede da Sociedade situa-se na rua Maria Luiza Santiago, 200 sala 2301-D, bairro Santa Lúcia, Belo Horizonte – MG CEP 30.360-740, tendo filiais à rua Fidencio Ramos, 302 Conjunto 64-D Bairro Vila Olímpia, São Paulo – SP, CEP 04551-010 e Av das Américas, 3.500, Bloco 6 Salas 501, 502, 503 e 504, Barra da Tijuca – Rio de Janeiro – RJ CEP 22.640-102.
Parágrafo único. A Sociedade poderá abrir filiais, a qualquer tempo, no Brasil e/ou no exterior, mediante deliberação de quotistas que detenham quotas representando 100% (cem por cento) do capital social. Nesse caso, por razões fiscais e com a devida observância das leis aplicáveis em vigor, uma parcela do capital social poderá ser atribuída a cada filial.
Cláusula 3ª. A Sociedade tem por objeto social:
a) A construção civil em geral, sob qualquer modalidade;
b) A incorporação de imóveis;
c) A incorporação de edifício em condomínio;
d) Compra e venda de bens imóveis.
e) Locação de imóveis próprios.
Cláusula 4ª. O início das atividades ocorreu em 15 de junho de 2001 e a Sociedade possui prazo indeterminado.

CAPÍTULO II – CAPITAL SOCIAL

Cláusula 5ª. O Capital Social totaliza R$ 59.612.905,00 (cinquenta e nove milhões, seiscentos e doze mil, novecentos e trinta e cinco reais), dividido em 59.612.905 (cinquenta e nove milhões, seiscentos e doze mil, novecentos e trinta e cinco) novas quotas, com valor nominal de R$1,00 (um real) cada, totalmente integralizado, assim distribuído entre os quotistas:

Quotista	Quantidade de Quotas	Valor em RS
Canopus Holding S.A.	59.612.887	59.612.887,00
Lacasa Engenharia Ltda	18	18,00
Total	**59.612.905**	**59.612.905,00**

CAPÍTULO III – RESPONSABILIDADE DOS QUOTISTAS

Cláusula 6ª. A responsabilidade de cada quotista é restrita ao valor de suas quotas, mas todos respondem solidariamente pela integralização do capital social. Os quotistas e seus patrimônios, após integralização do capital social, não responderão, em qualquer tempo, solidária e/ou subsidiariamente pelas obrigações sociais.

CAPÍTULO IV – ADMINISTRAÇÃO E REPRESENTAÇÃO

Cláusula 7ª. A Sociedade será administrada por uma Diretoria composta por até 2 (dois) membros, quotistas ou não quotistas, que serão responsáveis, por um prazo indeterminado, pela administração e representação social, ativa e passivamente, em juízo ou fora dele, podendo assinar isoladamente, nas transações relacionadas à manutenção das atividades de rotina e administração de modo geral da Sociedade, tais como:
a) Movimentações e solicitações de documentos junto aos órgãos públicos municipais, estaduais e federais, autarquias, bem como em suas ramificações;
b) Movimentações bancárias (cheques, depósitos, endossos, aplicações, saques, transferências, descontos, extratos);
c) Constituição de procuradores com cláusula "ad-judicia" para defesa dos direitos da Sociedade e nomeação de prepostos em causas trabalhistas;
d) Realização de notificações, judiciais e extrajudiciais, assinatura de correspondências, cartas ou memorandos; e
e) Convenção de Condomínio, Registro de Incorporação e documentos correlacionados, NBR 12.721 da ABNT.
Parágrafo 1º. Os quotistas indicaram Lucas Botelho Mattos para ocupar o cargo de diretor.
Parágrafo 2°. Os Diretores ficam dispensados de prestar caução e poderão receber remuneração, a título de pró-labore pelos seus serviços, a ser determinada por deliberação dos quotistas representando 100% (cem por cento) do capital social, de
acordo com as condições econômicas e financeiras da Sociedade e com a experiência, dedicação e qualificação profissional do Diretor.
Cláusula 8ª. Em casos especiais, a Sociedade poderá ser representada por procurador(es), devidamente constituídos, com poderes específicos e representantes de cada um dos Diretores respectivamente.
Parágrafo 1º. O instrumento de mandato deverá conter obrigatoriamente os atos e operações que o(s) mandatário(s) poderá(ão) praticar e o prazo de validade do mandato, com exceção dos mandatos outorgados a advogado(s) para representação em juízo ou em processos administrativos, que poderão ser outorgados por prazo indeterminado.
Parágrafo 2º. A constituição de procuração para a defesa dos direitos relacionados aos interesses da Sociedade poderá ser efetivada individualmente por qualquer um dos Diretores.
Cláusula 9ª. Os Diretores não estão autorizados a contratar obrigações estranhas ao objeto social da Sociedade, nem a prestar aval, fiança ou qualquer outro tipo de garantia em nome da Sociedade, como mero favor a terceiros, sendo tais atos considerados nulos de pleno direito.

CAPÍTULO V – DISSOLUÇÃO E LIQUIDAÇÃO DA SOCIEDADE

Cláusula 10ª. A dissolução e liquidação da Sociedade poderão ser efetivadas com base nas circunstâncias previstas na legislação ou por decisão dos quotistas representantes de 100% (cem por cento) das quotas do capital social, os quais deverão indicar o liquidante responsável pelo processo.

CAPÍTULO VI – EXERCÍCIO SOCIAL

Cláusula 11ª. O exercício social coincidirá com o ano civil, iniciando-se em 1º de janeiro e findando-se em 31 de dezembro de cada ano.
Parágrafo 1º. Ao final do exercício social serão elaboradas as demonstrações financeiras e contábeis da Sociedade, em consonância com as exigências legais vigentes.
Parágrafo 2º. A destinação dos lucros líquidos da Sociedade, verificados ao final de cada exercício, será determinada pelos quotistas representantes de 100% (cem por cento) do capital social, sendo possível:
a) a distribuição dos lucros do exercício aos quotistas, na proporção de suas respectivas participações capital social;
b) a distribuição dos lucros do exercício aos quotistas desproporcionalmente à sua participação no capital da Sociedade;
c) a retenção, total ou parcial, em conta de reserva da Sociedade; e/ou
d) a capitalizado na proporção das respectivas participações dos quotistas no capital social da Sociedade.
Parágrafo 3º. A Sociedade poderá levantar balanços e demonstrações de resultado intermediários, em periodicidade mensal, trimestral e semestral, preparados com propósitos fiscais ou para distribuição de lucros apurados com base em tais balanços, na proporção ou não de suas participações no capital social da Sociedade, observada a reposição de lucros quando a distribuição afetar o capital social.

CAPÍTULO VII – IMPEDIMENTOS

Cláusula 12ª. Os diretores declaram, sob as penas da Lei, que não estão impedidos de exercer o comércio ou a administração de sociedades empresariais em virtude de condenação criminal, que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato; ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra as normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, a fé pública ou a propriedade, não estando incurso em quaisquer dos crimes previstos em Lei ou nas restrições legais que possam impedi-los de exercer atividades empresariais, em observância ao disposto no inciso II do art. 37, da Lei n. 8.934, de 18.11.94, com redação dada pela Lei n. 10.194, de 14.02.01, e no art. 1.011, §1º da Lei n. 10.406/02, ciente de que qualquer declaração falsa importa em responsabilidade criminal.

CAPÍTULO VIII – JURISDIÇÃO E FORO

Cláusula 13ª. Quaisquer controvérsias ou disputas oriundas do presente Contrato Social serão submetidas ao foro da comarca de Belo Horizonte/MG, com a exclusão de qualquer outro por mais privilegiado que seja.
E, estando os quotistas justos e contratados, assinam este instrumento para registro.
Belo Horizonte, 22 de julho de 2024.

QUOTISTAS:

CANOPUS HOLDING S.A
Lucas Botelho Mattos

LACASA ENGENHARIA LTDA
Lucas Botelho Mattos

Potencial pode expandir base recém-inaugurada em Betim

COMBUSTÍVEIS Empresa iniciou as operações no empreendimento da RMBH após aportes da ordem de R$ 120 milhões

MARCO AURÉLIO NEVES

Tendo em vista o mercado de combustíveis, o Grupo Potencial começou a operar a nova base de armazenagem e distribuição de combustíveis dutoviária em Betim, na Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH). O objetivo é criar condições para aumentar sua rede de postos de abastecimento com contrato de exclusividade com a distribuidora. A depender da demanda, a base pode ser expandida com investimentos de R$ 25 milhões.

A base de Betim contou com aportes de R$ 120 milhões para sua construção. A capacidade estática de armazenagem é de 25 milhões de litros e a de movimentação é de até 120 milhões de litros por mês. Uma expansão da base elevaria a capacidade estática para 32 milhões de litros e a de movimentação para até 150 milhões de litros.

O gerente de operações na Potencial Petróleo, Eder Frank de Oliveira, braço do grupo na distribuição de combustíveis, conta que essa é uma possibilidade a ser confirmada nos próximos três anos de operação. "A gente está entendendo que a demanda vem até porque é um polo bem demandado e tem infraestrutura limitada para recebimento de combustíveis, então a gente entende que vai fazer sentido sim", diz. Desde o início da operação, a base de Betim movimenta 38 milhões de litros por mês.

A Potencial Petróleo conta com 13 filiais em bases espalhadas nas regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste do Brasil. A instalação de Betim é a primeira de propriedade exclusiva do conglomerado, composto também pela Potencial Biodiesel, BWI Trading, BWT Transporte e a Jeta Combustíveis.

A inauguração da base totalmente própria visa, até o final do próximo ano, aumentar em 50% a rede de postos bandeirados no Estado, aqueles com contrato de exclusividade. Hoje, são 30 postos na rede da Potencial Petróleo em Minas, eram cinco em 2020. "A gente está tentando criar um diferencial justamente para abrir, melhorar a condição para fechamento de contrato de bandeiras, aumentar nossa rede fidelizada", conta Oliveira.

Expectativa - A estimativa da empresa é que o mercado mineiro acompanhe o nacional e siga com crescimento no patamar de 4%. Mesmo em um futuro com mais energia renovável, o gerente de operações da distribuidora aponta que o mercado de combustíveis fósseis sempre registra crescimento.

"Aquela história de que o combustível (fóssil) uma hora vai começar a reduzir pode até acontecer, mas não vejo isso no espaço inferior a pelo menos mais de 20, 30 anos", analisa. "As outras energias ainda estão se adaptando, ainda tem uma questão de legislação e tudo isso ainda vai levar um bom tempo", pontua.



Capacidade estática de armazenagem da base operacional da Potencial em Betim é de 25 milhões de litros de combustíveis FOTO: DIVULGAÇÃO / POTENCIAL

"Potencial Petróleo conta com 13 filiais em bases espalhadas nas regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste do Brasil"

Preço médio da gasolina ultrapassa R$ 6 o litro

Rio de Janeiro - O preço médio da gasolina nos postos brasileiros subiu 2,7%, ou R$ 0,16 por litro, na semana passada, ainda sob efeito de repasses do reajuste promovido pela Petrobras em suas refinarias há duas semanas.

Segundo a Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), o combustível foi vendido, em média, a R$ 6,13 por litro. É o maior valor desde o início do governo Lula e a primeira vez que o preço fica acima dos R$ 6 desde setembro de 2023, já considerando a inflação do período.

Desde a semana anterior ao reajuste, a alta acumulada é de 5%, ou R$ 0,29 por litro, quase o dobro da previsão da Petrobras quando anunciou o reajuste, de R$ 0,15 por litro.

O reajuste do início do mês foi a primeira mudança no preço da gasolina nas refinarias da Petrobras desde outubro de 2023, quando a empresa reduziu o valor do combustível. Motivado pela alta do petróleo e do dólar, o aumento não foi suficiente para eliminar a defasagem em relação às cotações internacionais.

Na abertura do mercado de ontem, o preço da gasolina nas refinarias da estatal estava, em média, 7%, ou R$ 0,22 por litro, abaixo da paridade de importação medida pela Associação Brasileira dos Importadores de Combustíveis (Abicom).

É uma defasagem normal para a nova estratégia comercial da Petrobras, que deixou de considerar a paridade de importação como único parâmetro para a definição de preços, cumprindo promessa do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) de "abrasileirar" os preços.

De acordo com a ANP, o preço do etanol hidratado, principal concorrente da gasolina, também permaneceu em alta na semana passada. O produto foi vendido pelos postos brasileiros, em média, a R$ 4,08 por litro, ante R$ 3,96 por litro na semana anterior.

O preço do diesel S-10 subiu R$ 0,03 por litro nas refinarias, para R$ 6,04 por litro. A defasagem do preço do diesel nas refinarias da estatal é superior à da gasolina: 10%, ou R$ 0,37 por litro. A estatal não mexe no preço desse combustível desde o fim de 2023.

Também reajustado há duas semanas, o preço do gás de cozinha subiu R$ 2,11 por botijão de 13 quilos na semana passada, para R$ 103,86.

A abrangência da pesquisa semanal de preços da ANP foi reduzida este mês devido a cortes orçamentários. O número de coletas foi reduzido em 43% e o número de cidades pesquisadas caiu de 459 para 358. **(Nicola Pamplona/Folhapress)**

A ZT Diesel Bombas Injetoras Ltda, por determinação da Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável - SEMMAD, torna público que foi concedida através do Processo Administrativo nº 28.175/2024, a Licença Ambiental Simplificada LAS - Classe 0, para sua atividade de Serviços de manutenção e reparação mecânica de veículos automotores, localizado a Avenida Juiz Marco Túlio Isaac, n.º 5611, Bairro Jardim das Alterosas - Betim - MG.

JOSÉ PATRUS PARTICIPAÇÕES LTDA.

CNPJ-MF 25.321.779/0001-78

AVISO AOS QUOTISTAS

Encontram-se à disposição dos Sócios Quotistas da José Patrus Participações Ltda., na Sede Social, à Rua Matias Cardoso, nº 169 – 8º andar, Bairro Santo Agostinho, Belo Horizonte, Minas Gerais, as demonstrações contábeis, o balanço patrimonial e o de resultado econômico, bem como as contas dos administradores, relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023.

Belo Horizonte, 22 de julho de 2024.

(a) Fernando Caram Patrus (a) Marcos Caram Patrus



EDIÇÃO IMPRESSA PRODUZIDA PELO JORNAL DIÁRIO DO COMÉRCIO.

Circulação diária em bancas e assinantes. As versões digitais e as íntegras das Publicações Legais contidas nessa página, encontram-se disponíveis no site: diariodocomercio.com.br/publicidade-legal
Acesse também através do QR CODE ao lado.

EDITAL DE PRAÇA - Processo nº 0169269-19.2009.8.26.0100 – **EXECUTADOS:** José Mario Garcia Rezende - CPF: 339.566.856-87, Rodrigo Garcia Rezende de Souza - CPF/MF: 000.270.286-07, Fabíula Maria Stabelini Souza - CPF/MF: 011.874.686-30. **INTERESSADOS:** Marcos Henrique Rangel CPF/MF: 339.566.856-87. Cooperativa Central de Cafeicultores e Agropecuaristas de Minas Gerais Ltda. Cooperativa dos Cafeicultores da zona de Varginha Ltda. Cooperativa de Crédito de Livre Admissão da Região de Três Pontas Ltda. - Sicoob Copersul. Mercon Brasil Comércio de Café Ltda. Terra Nova C.R.A.T.A. Ltda. Syngenta Proteção de Cultivos Ltda. Banco do Brasil S/A. Kirton Bank S/A - Banco Múltiplo. Banco Bradesco S/A. Caixa Econômica Federal. **ADVOGADOS:** Paulo Guilherme de Mendonca Lopes, Luciano Batista da Cruz, José Claudinei Silva e Walquíria Martins Silva. O 1º leilão terá início em **05/08/2024** às 14:00 com encerramento em **08/08/2024** às 14:00 com lances a partir do valor da avaliação atualizada. Caso não haja lance no 1º Leilão, seguirá sem interrupção o 2º leilão que se encerrará em **28/08/2024** às 14:00, com lances a partir de **50% (cinquenta por cento)** do valor da avaliação atualizada. **PAGAMENTO DO LOTE:** A arrematação far-se-á mediante pagamento à vista do preço pelo arrematante através de guia de depósito judicial, no prazo de 24 horas da realização do leilão. **PAGAMENTO DA COMISSÃO DO LEILOEIRO:** A comissão devida ao Leiloeiro será de 5% (cinco por cento) sobre o valor da arrematação. **BENS:** LOTE 1 - Matrícula 9.206 do 1º CRI de Três Pontas - MG. Uma gleba de terras com a área de 12,95,00 hectares situada no lugar denominado "FAZENDA BOA ESPERANÇA", no município de Três Pontas. Compreendida dentro das seguintes divisas e confrontações: inicia-se em cima de uma caixa d'água, com o rumo na bússola 50º e percorre 41,50m, até uma pedra onde tem uma mina d'água, daí, vira-se à direita com o rumo de 181º e percorre 62,00 metros até uma cova no meio do pasto, segue-se em frente com o rumo de 165º e percorre 183,90 metros até um eucalipto, segue-se em frente com o rumo de 164ºe percorre 222,40 metros, dentro da lavoura de café até uma árvore de "Casuarina", pega-se o rumo de 171º e percorre 50,70 metros dentro da estrada de rodagem, toma-se o rumo de 168º e percorre 72,20 metros dentro da estrada de rodagem até uma porteira de tábuas que está do lado direito, vira-se à direita com o rumo de 255º e percorre 109,40 metros, até uma moita de bambus, segue-se em frente com o rumo de 244º e percorre 228,5 metros atravessando um córrego e subindo um brejo até uma porteira de arame, onde virar-se a direita com o rumo, de 346º e percorre 215,00 metros, margeando pelo lado direito um eucaliptal até uma árvore de eucalipto na beira de represa, virando-se para a direita com o rumo de 09º e percorre 92,60 metros, dentro de um corredor até o eucalipto da casa do, diz-se até o eucalipto que fica próximo a uma casa, onde tem uma porteira de arame, vira-se a direita com o rumo de 53º e percorre 152,10 metros, atravessando uma estrada de rodagem e uma capineira até uma árvore de amoreira, toma-se o rumo de 25º e percorre 87,20 metros até duas árvores juntas de eucaliptos, toma-se o rumo 04º e percorre 185,00 metros até uma árvore seca, vira-se à direita com o rumo de 54º e percorre 21,30 metros até a caixa d'água onde teve início e finda esta demarcação, fechando-se assim a área em referência. Ônus: Constam da matrícula do imóvel: R.02 cédula rural hipotecária de 1º grau a favor da Cooperativa dos Cafeicultores da zona de Varginha Ltda, no valor de R$ 6.908,23. Av. 03 Aditivo da cédula rural hipotecária registrada sob o nº 02 desta matrícula para constar que o devedor reconhece a importância calculada em 31.10.2001 no valor de R$ 6.878,95. R.04 Hipoteca cedular de 2º grau a favor do Banco Rabobank Internacional Brasil S/A no valor de R$ 281.705,60. R.05 Hipoteca cedular de 3º grau para garantia de 571 sacas de 60 kg de café. Integra-se a hipoteca ora constituída o imóvel objeto da matrícula 9.207 do CRI de Três Pontas - MG. Av. 06 contrato de arrendamento de imóvel rural, firmado entre o Arrendador José Mário Garcia Rezende e o Arrendatário Marcos Henrique Rangel, sendo o prazo de vigência de 20 (vinte anos), com início dia 01 de Janeiro de 2009 e término no dia 30 de dezembro de 2029. Av.07 Penhora oriunda dos autos do processo 0707 12 006721-0 da 1ª Vara Cível da Comarca de Varginha, expedido através de Mandado de Averbação pelo juízo da 34ª Vara Cível do Foro Central de São Paulo - SP para garantia do crédito de R$ 229.161,72. Av. 08 Penhora exequenda. Av. 09 Ajuizamento de Execução distribuída sob o nº 0007294-72.2012.8.213.0446 em trâmite na Vara Única de Nepomuceno - MG, constando como exequente Cooperativa de Crédito de Livre Admissão da Região de Três Pontas Ltda - SICOOB Copersul e como executados Célia Barbosa Lima Reis, Renato Reis e José Mário Garcia Rezende, valor da dívida de R$ 47.792,52. Av. 10 Ajuizamento de Execução distribuída sob o nº 5000030-23.8.13.0707 em trâmite na 1ª Vara Cível de Varginha - MG, constando como exequente Mercon Brasil Comércio de Café Ltda. e como executado José Mário Garcia Rezende, tendo sido atribuído à causa o valor de R$ 421.413,21. Av. 11 Ajuizamento de Execução distribuída sob o nº 0001456-46.2015.8.13.0446 em trâmite na Vara Única de Nepomuceno - MG, constando como exequente Cooperativa de Crédito de Livre Admissão da Região de Três Pontas Ltda. - SICOOB Copersul e como executados Célia Barbosa Lima Reis, Renato Reis e José Mário Garcia Rezende, tendo sido atribuído o valor da dívida a importância de R$ 51.441,78. Valor de Avaliação: R$ 3.843.814,10 (três milhões e oitocentos e quarenta e três mil e oitocentos e quatorze reais e dez centavos), avaliado em conjunto com as demais matrículas em dezembro de 2022 e com indicação do valor individualizado em abril 2023. Valor de Avaliação atualizado: R$ 4.111.026,00 (quatro milhões cento e onze mil e vinte e seis reais), atualizado em junho de 2024. Localização: O imóvel fica sob as coordenadas 21°21'36.7"S 45°19'16.8"W. O acesso do imóvel é de aproximadamente 22 km de Três Pontas sentido Nepomuceno, estrada de terra. LOTE 2 - Matrícula 9.207 do 1º CRI de Três Pontas - MG. Uma gleba de terras com a área de 92,75,23 hectares, situado no lugar denominado "FAZENDA BOA ESPERANÇA", no município de Três Pontas, área essa de terras está compreendida dentro das seguintes divisas e confrontações: partindo de uma cova na divisa de Agnelo Mendonça, segue por cerca de arame, em divisas com Marília Aparecida Garcia Resende, segue contornando um mato, até uma grota, seguindo o córrego até uma represa, volve a esquerda segue uma estrada até uma árvore de eucalipto, onde existe uma porteira de arame, volve a direita, assim até encontrar uma amoreira, continuando assim até encontrar dois eucaliptos , segue até uma caixa d'água, percorre mais 41,50 metros até a pedra da nascente d'água, daí, volve a direita e segue 245,00 metros, até um eucalipto segue em frente até um carreador volve a esquerda e sobe por este até um mato na divisa com Luiz Carlos Moura, volve a esquerda segue por cerca de arame dividindo com a mesma confrontante até encontrar as divisas de Giovani Miari e segue por cerca de arame a mesma confrontante, digo, a mesma confrontação até encontrar uma porteira de arame, segue por esta cerca até uma árvore nas divisas de Giovani Miari, volve a esquerda seguindo cerca de arame até a estrada de rodagem onde existe um mata burro, continuando por cerca de arame até o córrego volve a esquerda seguindo por cerca de arame com o mesmo, até um mato onde segue cerca de arame até um valo, volve a esquerda de desce pelo mesmo até encontrar cerca de arame nas divisas de Antonio Lima Reis seguindo a mesma até uma porteira de arame, e por esta referida cerca até encontrar o marco inicial nas divisas de Agnelo Mendonça, até uma árvore de amoreira, tomase o rumo de 25º e percorre 87,20 metros até duas árvores juntas de eucaliptos, toma-se o rumo 04º e percorre 185,00 metros até uma árvore seca, vira-se a direita com o rumo de 54ºe percorre 21,30 metros até a caixa d'água onde teve início e finda esta demarcação. Ônus: Constam da matrícula do imóvel: R.02 Cédula rural hipotecária de 1º grau a favor do Banco do Brasil, no valor R$ 100.000,00. R.03 Cédula rural pignoratícia e hipotecária de 2º grau a favor do Banco do Brasil S/A no valor de R$ 7.650,00, posteriormente cancelada (Av. 18). R.04 Cédula rural pignoratícia e hipotecária de 3º grau em favor do Banco do Brasil S/A no valor de R$ 18.900,00, posteriormente cancelada (Av. 19). R.05 Aditivo firmado em 13.03.98 entre José Mario Garcia de Resende e o Banco do Brasil S/A de re-ratificação da cédula rural pignoratícia e hipotecária no valor R$ 25.000,00 para constar a substituição dos bens vinculados em garantia, tendo sido o financiado autorizado a dispor do imóvel rural "Paraíso", situado em Campos Gerais – MG, incluído na hipoteca de 1º grau, constituída através do instrumento ora aditado, o financiado dá, neste ato, em troca, em hipoteca cedular de 4º grau o imóvel objeto desta matrícula. R.06 Aditivo entre o financiador José Mário Garcia de Rezende e o Financiador Banco do Brasil S/A de Re-Ratificação à cédula Rural Pignoratícia e Hipotecária nº 96/04041-6 para substituição dos bens vinculados em garantia tendo sido o financiado a dispor do imóvel rural "Paraíso", situado em Campos Gerais - MG, incluído na hipoteca cedular de 2º grau, constituída através do instrumento ora aditado o financiado oferece em hipoteca cedular de 5º grau. Av.07 Prorrogação do vencimento da prestação registrada sob o nº 06 desta matrícula para 30.06.1999. Av.08 Prorrogação do vencimento da prestação registrada sob o nº 02 desta matrícula para 30.06.1999. Av.09 Prorrogação do vencimento da prestação registrada sob o nº 02 desta matrícula para 01.06.2006. R.10 Cédula Rural Pignoratícia e hipotecária de 6º grau a favor do Banco do Brasil no valor R$ 37.220,00, posteriormente cancelada (Av.15). R.11 Prorrogação do vencimento da prestação da cédula rural pignoratícia e hipotecária nº 97/02140-7 para 01.04.2014, em hipoteca cedular de 7º grau, posteriormente cancelada (Av. 16 e 24). Av.12 Aditivo para constar que fica o vencimento da cédula rural hipotecária do R.02 prorrogado para 01.04.2014. Av. 13 Aditivo para constar que fica o vencimento da cédula rural hipotecária do R.05 prorrogado para 01.04.2014. Av. 14 Aditivo para constar que fica o vencimento da cédula rural hipotecária do R.06 prorrogado para 01.04.2014. Av.15 Cancelamento da cédula rural pignoratícia e hipotecária do R.10. Av.16 Cancelamento da cédula rural pignoratícia e hipotecária do R.11. R.17 Cédula de produto rural nº 277.795 a favor do Banco do Brasil S/A correspondente a 400 sacas de 60kg de café arábica, em hipoteca cedular de 6º grau. Av.18 Cancelamento da cédula rural pignoratícia e hipotecária do R.03. Av.19 Cancelamento da cédula rural pignoratícia e hipotecária do R.04. R.20 Cédula de produto rural nº 280.989 a favor do Banco do Brasil S/A correspondente a 400 sacas de 60kg de café arábica, em hipoteca cedular de 7º grau. R. 21 Cédula de produto rural nº 282.832 a favor do Banco do Brasil S/A correspondente a 500 sacas de café arábica, em hipoteca cedular de 8º grau. R.22 Repasse de recursos captados no exterior, no valor de R$ 281.705,60, a favor do Banco Rabobank Internacional Brasil S/A, em hipoteca cedular de 9º grau. R.23 Cédula de produto rural de 571 sacas de 60 kg de café, em hipoteca cedular de 10º grau, integra-se a hipoteca ora constituída o imóvel objeto da matrícula 9.206 do CRI de Três Pontas - MG. Av. 24 Cancelamento da cédula rural pignoratícia e hipotecária do R.11. Av. 25 Confissão de Dívida com Garantia Pignoratícia e Hipotecária no valor de R$ 133.580,53 a favor do Banco do Brasil S/A. Av. 26 Confissão de Dívida com Garantia Pignoratícia e Hipotecária no valor de R$ 132.649,62 a favor do Banco do Brasil S/A. Av. 27 Contrato de arrendamento de imóvel rural, firmado entre o Arrendador José Mário Garcia Rezende e o Arrendatário Marcos Henrique Rangel, sendo o prazo de vigência de 20 (vinte anos), com início dia 01 de Janeiro de 2009 e término no dia 30 de dezembro de 2029. Av. 28 Penhora oriunda dos autos do processo 0707 12 006721-0 da 1ª Vara Cível da Comarca de Varginha, expedido através de Mandado de Averbação pelo juízo da 34ª Vara Cível do Foro Central de São Paulo - SP para garantia do crédito de R$ 229.161,72. Av. 29 Penhora exequenda. Av. 30 Averbação de qualificação, para constar que o Sr. José Mário Garcia Rezende está inscrito no CPF sob o nº 339.566.856-87. Av. 31 Averbação de localização, para constar a existência do registro do penhor cedular de 668 sacas de 60 kg cada de café bica forte, safra 2022/2023, advindo da cédula de produto rural nº 59-2021, emitida em Três Corações/MG, com vencimento em 30/08/2022. Valor referencial de R$ 574.480,00, tendo como emitente e fiel depositária a Sra. Aparecida de Paula de Jesus de Sousa, CPF 083.544.696-46, avalista/interveniente anuente José Mário Garcia Rezende, e avalista Marcos Henrique Rangel e como Credora Syngenta Proteção de Cultivos Ltda, cujo imóvel de localização é o constante da matrícula 9.207. Av. 32 Procede-se a averbação para constar que a credora da averbação constante na Av.31 é Terra Nova C.R.A.T.A LTDA. Av. 33 Ajuizamento de Execução distribuída sob o nº 0007294-72.2012.8.213.0446 em trâmite na Vara Única de Nepomuceno - MG, constando como exequente Cooperativa de Crédito de Livre Admissão da Região de Três Pontas Ltda - SICOOB Copersul e como executados Célia Barbosa Lima Reis, Renato Reis e José Mário Garcia Rezende, valor da dívida de R$ 47.792,52. Av. 34 Ajuizamento de Execução distribuída sob o nº 5000030-23.8.13.0707 em trâmite na 1ª Vara Cível de Varginha - MG, constando como exequente Mercon Brasil Comércio de Café Ltda. e como executado José Mário Garcia Rezende, tendo sido atribuído à causa o valor de R$ 421.413,21. Av. 35 Ajuizamento de Execução distribuída sob o nº 0001456-46.2015.8.13.0446 em trâmite na Vara Única de Nepomuceno - MG, constando como exequente Cooperativa de Crédito de Livre Admissão da Região de Três Pontas Ltda.- SICOOB Copersul e como executados Célia Barbosa Lima Reis, Renato Reis e José Mário Garcia Rezende, tendo sido atribuído o valor da dívida a importância de R$ 51.441,78. Valor de Avaliação: R$ 7.405.217,60 (sete milhões e quatrocentos e cinco mil e duzentos e dezessete reais e sessenta centavos), avaliado em conjunto com as demais matrículas em dezembro de 2022 e com indicação do valor individualizado em abril 2023. Valor de Avaliação atualizado: R$ 7.920.009,00 (sete milhões e novecentos e vinte mil e nove reais), atualizado em junho de 2024. Valor de avaliação dos lotes em conjunto: R$ 11.249.031,70 (onze milhões e duzentos e quarenta e nove mil e trinta e um reais e setenta centavos), avaliado em dezembro de 2022 e com indicação do valor individualizado em abril de 2023. Valor de avaliação atualizada dos lotes em conjunto: R$ 12.031.035,00 (doze milhões e trinta e um mil e trinta e cinco reais), atualizado em junho de 2024 de acordo com a Tabela Prática para Cálculo de Atualização Monetária dos Débitos Judiciais do TJSP. Para consultar o edital na íntegra e outras informações, acesse www.tabaleiloes.com.br .

taba

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAÚNA

Aviso de licitação. A Prefeitura Municipal de Itaúna torna pública a CONCORRÊNCIA Nº 003/2024. Estação Elevatória de Esgoto na Escola Mun. "Padre Waldemar". Julgamento: MENOR PREÇO. O edital e seus anexos estão disponíveis a partir de 25/07/2024, nos sites: **www.itauna.mg.gov.br**, **https://www.gov.br/compras/pt-br** e PNCP. Data abertura: 13/08/2024 às 8h30.

Concessionária Rodovias do Sul de Minas SPE S.A.

CNPJ/MF nº 48.127.008/0001-40 – NIRE 31.300.149.919

Ata de Reunião do Conselho de Administração realizada em 03 de julho de 2024

I. Data, Hora e Local: Em 03/07/2024, às 10h, na sede social da Companhia, no Município de Pouso Alegre-MG, na Rua Jandyra Beraldo Teixeira, nº 40, Bairro Fátima II. **II. Convocação e Presença**: Convocação e Presença: Dispensada, face a presença da totalidade dos membros do Conselho de Administração. **III. Mesa**: Presidente: Marcelo Juliano Bevilaqua; Secretário: José Carlos Cassaniga. **IV. Ordem do Dia**: Deliberar sobre **(i)** a aceitação da renúncia do Diretor Presidente da Companhia de seu cargo; **(ii)** a eleição do novo Diretor Presidente da Companhia; e **(iii)** a consignação da composição atual da diretoria da Companhia. **V. Deliberações**: Por unanimidade de votos e sem quaisquer reservas ou ressalvas: **(i)** Aceitar a renúncia do Sr. **José Carlos Cassaniga**, RG nº 10.838.525-5 e CPF/MF nº 079.703.368-84, do cargo de Diretor Presidente; Eleger o Sr. **Diogo Wanderley Costa Santiago**, RG nº 5454541 e CPF/MF nº 032.942.174-39, para o cargo de Diretor Presidente da Companhia, com um mandato unificado com os demais diretores, com término em 16/04/2027. **(i)** Em razão da eleição aprovada no item (ii) acima, consignar a composição atual da diretoria da Companhia, cujo mandato encerrar-se-á em 16/04/2027: a) Sr. **Diogo Wanderley Costa Santiago**, acima qualificado, como Diretor Presidente; b) Sr. **Enio Stein Júnior,** RG nº 09.376.519-6 e CPF/MF nº 028.142.927-81, como Diretor de Relação com Investidores; e c) Sra. **Érica Youko Kawatake Nickel**, RG nº 33.912.524 SSP/SP e CPF/MF nº 298.356.298-03, como Diretora sem designação específica. **VI. Encerramento**: Nada mais havendo a ser tratado, lavrou-se a presente ata, a qual, após lida e aprovada, foi assinada eletronicamente por todos os presentes. Pouso Alegre, 03/07/2024. **VII. Assinatura: Mesa:** Marcelo Juliano Bevilaqua – Presidente; **José Carlos Cassaniga –** Secretário. **Conselheiros Presentes: José Carlos Cassaniga; José Salim Kallab Fraiha; Marcelo Juliano Bevilaqua.** Junta Comercial do Estado de Minas Gerais. Certifico o registro sob o nº 11824479 em 09/07/2024. Protocolo 244183481 de 05/07/2024. Marinely de Paula Bomfim – Secretária Geral.

Salute Locação e Empreendimentos Ltda.

CNPJ: 05.466.147/0001-95 - NIRE: 31.206.650.456

Ata de Reunião de Sócios

Ata de reunião de sócios de **Salute Locação e Empreendimentos Ltda.**, sediada em Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, na Avenida Barão Homem de Melo, nº2681 - Sala 202 - Estoril - Belo Horizonte -MG, CEP:30.494-085, devidamente inscrita no CNPJ/MF sob o nº 05.466.147/0001-95 e registrado na Junta Comercial de Minas Gerais sob o nº31206650456. **Dia, mês, ano, hora e local de realização:** 18 de julho de 2024, às 15:00h, na sede da sociedade, localizada na Rua Carlos Alberto Feres, nº 200, Liberdade, Belo Horizonte/MG, CEP: 31.270-222, Belo Horizonte/MG. **Presenças:** a totalidade dos sócios, conforme assinaturas contidas no Livro de Atas de Reunião dos Sócios. **Composição da mesa:** Patrícia Poubel Chieppe, presidente, e Ciro Ferreira da Rocha, secretário. **Convocação:** dispensada, conforme faculta o disposto na legislação vigente, tendo em vista o comparecimento da totalidade dos sócios. **Declaração:** Os sócios declaram ainda que a reunião obedeceu a todas as formalidades legais. **Ordem do Dia: 1)** Redução de Capital. **Deliberações Aprovadas por Unanimidade:** Em virtude do excesso de capital em relação aos objetos sociais da sociedade, fica aprovada a redução do capital social, atualmente no valor de R$33.000.000,00 (trinta e três milhões de reais), dividido em 33.000.000 (trinta e três milhões) quotas, com valor nominal unitário de R$1,00 (hum real), capital este que será reduzido em R$20.000.000,00 (vinte milhões de reais). Com a efetivação da redução de capital ora aprovada, o capital social, totalmente subscrito e integralizado, passará a ser de R$13.000.000,00 (treze milhões de reais), sendo diminuída a quantidade de quotas para 13.000.000 (treze milhões) de quotas, a ser deliberada em alteração contratual futura, servindo a presente deliberação, devidamente publicada, para atender o art. 1.084, §1º, do Código Civil. Fica decidido que após o transcurso do prazo legal de oposição de credores, realizada a redução do capital, o valor de redução será restituído à sócia **Vix Logística S/A**. Todas as demais disposições constantes no Contrato Social permanecerão inalteradas. Os sócios aproveitam para ratificar os atos dos administradores já realizados com o objetivo específico de cumprir com as deliberações aqui aprovadas. **Encerramento.** Nada mais havendo a tratar, os trabalhos foram suspensos pelo tempo necessário à lavratura da presente ata em livro próprio, a qual, tendo sido lida e aprovada vai por todos os presentes assinada, em via única. Belo Horizonte - MG, 18 de julho de 2024. Assinaturas: Patrícia Poubel Chieppe, presidente da mesa, Ciro Ferreira da Rocha, secretário, e Kaumer Chieppe. Sócios Presentes: Vix Logística S/A., representada pelos Diretores Patrícia Poubel Chieppe e Ciro Ferreira da Rocha, e Kaumer Chieppe. Confere com a original lavrada no livro de Atas de Reuniões de Sócios da sociedade. Belo Horizonte - MG, 18 de julho de 2024. Documento assinado digitalmente por Patrícia Poubel Chieppe e Ciro Ferreira da Rocha, em nome de **Vix Logística S.A.** e, **Kaumer Chieppe**, sócios de **Salute Locação e Empreendimentos Ltda.**



Mercosul e UE: nova oportunidade

RELAÇÕES EXTERIORES Ministro da Economia da Espanha, Carlos Cuerpo, avalia que renovação do Parlamento Europeu abre uma janela para acordo entre os dois blocos econômicos



Novo Parlamento Europeu e eleições na França podem criar ambiente para acordo FOTO: ADOBE STOCK

"É hora de voltarmos a nos sentar à mesa e conceber, de forma realista, qual é a situação. Antes mesmo da pandemia de Covid-19 já estava claro que [o acordo] tinha muitas vantagens para todos. Mas, agora, com um contexto geopolítico cada vez mais complexo, onde falamos de autonomia estratégica, de segurança econômica, temos uma visão muito clara de que a Europa tem de olhar para a América Latina e vice-versa"

Carlos Cuerpo

Rio - Com um novo Parlamento Europeu, e eleições na França, abre-se uma nova janela para a aprovação do acordo comercial entre Mercosul e União Europeia. Essa é a avaliação do ministro da Economia da Espanha, Carlos Cuerpo, que está no Brasil para as reuniões do G20.

"Nos próximos meses teremos o novo conjunto de comissários europeus, e acredito que se abre uma boa janela de oportunidade para colocar esse grande projeto de volta à mesa", disse.

A Espanha é um dos países favoráveis ao acordo e, quando presidiu o Conselho da União Europeia, em 2023, tornou a sua aprovação uma das prioridades.

"Faltava muito pouco para chegar a esse acordo. Infelizmente não foi possível obtê-lo. Mas nós, juntamente com outros grandes países da União, continuamos a pressionar para tornar isso possível", afirma Cuerpo.

Já a França é um dos principais opositores ao tratado, por considerá-lo datado em relação a questões de clima, descarbonização e biodiversidade. Este é um ponto especificamente delicado para a agricultura brasileira, sobretudo pelos agrotóxicos. Durante o governo de Jair Bolsonaro (PL), centenas de pesticidas foram autorizados. Muitos deles não são permitidos em outros países.

Segundo Cuerpo, as eleições legislativas na França, com vitória da coalizão de centro-esquerda sobre a extrema direita, podem ajudar a mudar esse cenário.

"É hora de voltarmos a nos sentarmos à mesa e conceber, de forma realista, qual é a situação. Se houver vontade, há um caminho. É importante aproveitarmos esta janela de oportunidade para dar impulso político ao projeto", disse.

Negociada oficialmente desde 1999, a resolução esbarra não só em novas condicionantes ambientais pedidas pelos europeus como também em divergências do governo brasileiro sobre prejuízos à reindustrialização do País.

"Antes mesmo da pandemia de Covid-19 já estava claro que [o acordo] tinha muitas vantagens para todos. Mas, agora, com um contexto geopolítico cada vez mais complexo, onde falamos de autonomia estratégica, de segurança econômica, temos uma visão muito clara de que a Europa tem de olhar para a América Latina e vice-versa", afirma o espanhol.

A Espanha também apoia a proposta brasileira de taxar os super-ricos, que está em debate no G20. Segundo estimativas, um aumento de impostos aos bilionários poderia gerar uma arrecadação de US$ 250 bilhões, que seriam utilizados em para medidas de desenvolvimento e de combate às mudanças climáticas.

"Estou convencido de que todo esse esforço que nossos colegas brasileiros colocaram sobre a mesa [no G20] nos permitirá avançar e lançar as bases para um acordo sólido nesta área", afirma Cuerpo.

A inclusão da taxação dos super-ricos no comunicado final do bloco, porém, ainda é incerta. Alguns países se mostraram contrários à proposta em discussões anteriores, como os Estados Unidos.

"Devemos ter em mente que se trata de uma discussão nova nesta área. Não estamos no fim do caminho, mas estou otimista de que, aos poucos, todos os países, estão percebendo o impacto benéfico que isso pode ter", diz. **(Júlia Moura/Folhapress)**

LEGISLATIVO

Vagas no TCU entram em negociação na Câmara

Brasília - Duas vagas que serão abertas no Tribunal de Contas da União (TCU) até 2027 entraram nas negociações dos parlamentares que miram a sucessão de Arthur Lira (PP-AL) na presidência da Câmara dos Deputados. Os futuros ocupantes serão indicações da Casa.

Os ministros Aroldo Cedraz e Augusto Nardes deverão se aposentar em 2026 e 2027, respectivamente - quando atingem a idade limite de atuação no tribunal (75 anos), abrindo espaço para novas indicações dos deputados.

De acordo com relatos de parlamentares feitos à Folha, essas vagas já estão sendo discutidas nos bastidores.

Nas articulações em curso, há até quem defenda que os dois ministros sejam encorajados a antecipar sua aposentadoria para a consolidação desses acordos. Há relato de investidas sobre os dois para que avaliem a possibilidade.

Hoje estão na disputa pela sucessão de Lira os líderes do PSD, Antonio Brito (BA), e do União Brasil, Elmar Nascimento (BA), além do presidente nacional do Republicanos, Marcos Pereira (SP).

Deputados dizem que a indicação ao TCU pode vir a ser oferecida aos pré-candidatos, numa tentativa de dissuadi-los das candidaturas -apesar de, até o momento, nenhum dos três cotados demonstrar intenção de abandonar a corrida.

Ou então, que essas duas cadeiras podem ser usadas por pré-candidatos numa tentativa de atrair apoio de legendas em torno de seus nomes. Ao menos um deles diz à Folha que foi sondado por siglas sobre a indicação ao TCU.

Na primeira eleição de Arthur Lira à presidência da Câmara, a vaga do TCU foi usada nas negociações, tendo sido ocupada por Jhonatan de Jesus (Republicanos), numa costura que envolveu Pereira, em 2023, logo após Lira se reeleger.

De acordo com aliados do presidente do Republicanos, essa vaga foi oferecida inicialmente a ele, que declinou.

O próprio Lira afirmou a interlocutores que poderá costurar essas indicações, caso necessário, para eleger seu sucessor.

Além de espaço na Mesa Diretora da Câmara (formada por seis cadeiras, fora a presidência e suplentes), também são tidos como postos importantes a relatoria e a presidência da Comissão Mista de Orçamento -responsável por debater questões orçamentárias- e ainda corregedoria da Casa.

O PL, que reúne a maior bancada, recebeu sinalizações dos três candidatos de que poderá ocupar a primeira vice-presidência em troca de apoio. O PT, que é a segunda em número de deputados, também tem interesse no posto.

Líderes partidários dizem ainda que, até deixar a presidência, Lira usará todos os artifícios que tiver à mão para angariar apoio ao candidato de sua escolha. Isso passa pela relatoria de projetos importantes, por exemplo.

Como a Folha mostrou, as indicações de vice-presidente da Caixa Econômica Federal fizeram parte dessa estratégia do alagoano, assim como a indicação dos integrantes dos grupos de trabalho que analisaram os projetos de regulamentação da reforma tributária.

Segundo envolvidos na negociação, essa costura deverá ser alinhavada pelos próprios pré-candidatos durante o processo sucessório, já que um acordo depende do compromisso das bancadas que elegem os ministros do TCU e do futuro presidente da Câmara. **(Catia Seabra e Victoria Azevedo/Folhapress)**

Expectativa é que governo federal ofereça cargos

Brasília - No Congresso, há expectativa de que o governo venha a oferecer cargos na busca de uma composição harmoniosa na Câmara dos Deputados, dentro de uma reforma ministerial prevista para o início do ano que vem.

Integrantes do governo descartam, porém, a hipótese de ingerência na disputa neste momento. A ideia é que o Executivo só atue na negociação caso convocado pelos partidos e desde que não haja risco de atritos que possam afetar sua relação com o Congresso.

As vagas do TCU costumam figurar nas negociações para as presidências da Câmara e do Senado, além de composições de ministérios e disputas municipais e eleições.

Em 2021, a eleição do ex-governador Antonio Anastasia para o TCU compôs a articulação que garantiu a eleição do presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), e a ascensão de Alexandre Silveira (PSD-MG) ao cargo de senador. Amigo de Pacheco, Silveira era suplente de Anastasia.

A costura só foi possível graças à antecipação, em quase dois anos, da saída do ex-ministro Raimundo Carreiro, que deixou o tribunal para assumir a embaixada do Brasil em Portugal, a convite do então presidente, Jair Bolsonaro (PL).

Em 2011, a eleição da ex-ministra Ana Arraes foi fruto do empenho de seu filho, o então governador de Pernambuco, Eduardo Campos, morto em 2014, e contou com apoio de Lula. A negociação incluiu a promessa de alianças do PSB nas disputas municipais de 2012.

A disputa pela presidência da Câmara pesou até mesmo para uma derrota do Governo Lula na disputa por uma cadeira do tribunal. Em dezembro de 2006, a Câmara elegeu o pefelista Aroldo Cedraz para o TCU, derrotando o ex-deputado Paulo Delgado (PT-MG), candidato do Palácio do Planalto.

A derrota do petista foi encarada como um recado dos deputados ao Governo Lula. Estariam contrariados com a indicação de Arlindo Chinaglia (PT-SP) para a presidência da Câmara sem negociação com o Congresso. Chinaglia foi eleito presidente da Câmara dois meses depois. **(Catia Seabra e Victoria Azevedo/Folhapress)**

AGRONEGÓCIO

Exposição busca excelência genética do rebanho do País

EXPOGENÉTICA Negócios no evento organizado pela ABCZ serão estimulados pelo bom momento da pecuária; maior mostra de animais avaliados no Brasil será de 16 a 25 agosto em Uberaba

MICHELLE VALVERDE

A necessidade cada vez maior de investir na genética para avançar de forma sustentável, eficiente e competitiva na produção de carne bovina vai estimular os negócios durante a 17ª edição da ExpoGenética, maior mostra de animais avaliados do País. Organizada pela Associação Brasileira dos Criadores de Zebu (ABCZ), a feira terá 55 leilões e quatro shoppings de animais. A estimativa é superar em cerca de 10% os R$ 52,2 milhões faturados em 2023. A exposição será realizada no Parque Fernando Costa, em Uberaba, no Triângulo Mineiro, de 16 a 25 de agosto. Este ano, o tema "Olhar com Precisão" foi escolhido para reforçar a busca pela excelência genética como prioridade.

Conforme o presidente da ABCZ, Gabriel Garcia Cid, a ExpoGenética é importante para que os pecuaristas invistam na melhoria genética: "Ela é a maior feira de reprodutores avaliados do País. Ela é importante para que o produtor invista no rebanho. A exposição é referência não apenas de preços, mas, principalmente, na qualidade dos animais ofertados, na qualidade dos reprodutores. Ela acontece em um momento importante, já que em agosto e setembro, se inicia a estação de monta, então, é o período para o uso da inseminação artificial ou de touros".

O momento mais favorável para a pecuária, com valorização da arroba do boi e dos preços da carne, será importante para o resultado dos leilões. Nesta edição da ExpoGenética, serão quatro leilões a mais que em 2023, somando, assim, 25 leilões e haverá ainda quatro shoppings de animais. No ano passado, os leilões movimentaram R$ 52,2 milhões.

"Em 2023, tivemos aumento de faturamento e estamos otimistas para 2024. A expectativa é muito boa. Estamos vivendo um momento de retomada do valor da arroba, de valorização da carne e exportações crescendo. Todos os leilões trazem o que há de melhor dentro das seleções e dos rebanhos. É difícil falar da movimentação financeira, mas esperamos uma alta de 10% sobre os leilões de 2023", ressalta o presidente.

O evento conta ainda com lançamento das avaliações genéticas, fechamento do Programa Nacional de Avaliação de Touros (PNAT), palestras técnicas e mesas redondas, Encontro ABCZ Mulher, Mérito ExpoGenética e ABCZ Mulher, Zebu na Escola e na Universidade. A estimativa é que mais de 50 criadores/expositores participem da ExpoGenética.


17ª ExpoGenética terá 55 leilões e quatro *shoppings* de animais FOTO: PRETA RIBEIRO / ABCZ

Bons resultados - Durante a coletiva de lançamento da ExpoGenética ontem, Cid ressaltou que o melhoramento genético contribui para a atividade agropecuária e para a qualidade dos alimentos que chegam à mesa da população. Segundo ele, a produção de carne bovina segue em crescimento e a genética é fundamental para o avanço de forma sustentável e eficiente.

Ele destacou que a produção de carne bovina brasileira foi recorde em 2023 e registrou um crescimento de mais de 11,2% em relação a 2022. Para esse ano, as projeções são de novo crescimento da produção em cerca de 6,71%, e as exportações também devem registrar um aumento significativo, de 12,7%.

"Isso mostra a eficiência genética do Brasil transformando os rebanhos do nosso País. Quando a pecuária é mais produtiva, ela é também mais sustentável e todos nós sentimos os efeitos. Em poucas palavras, nós podemos dizer que animais melhorados geneticamente precisam de menos alimentos para produzir a mesma quantidade de carne. O criador dispõe de menos espaço e de menos tempo, então, consequentemente, ele terá menos custo e aumento da rentabilidade. Ser sustentável hoje é ser eficiente e competitivo", concluiu.

AQUICULTURA

CNA/Senar fecha acordo com governo federal

O Sistema CNA/Senar assinou um acordo de cooperação técnica com o Ministério da Pesca e Aquicultura para dar mais competitividade aos aquicultores brasileiros e desenvolver a cadeia produtiva no País. A cerimônia para formalizar a parceria foi na sede da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil ontem. O documento foi assinado pelo presidente da CNA, João Martins, o ministro da Pesca e Aquicultura, André de Paula, e o diretor-geral do Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (Senar), Daniel Carrara.

O acordo terá abrangência nacional e será focado em ações conjuntas voltadas ao desenvolvimento sustentável da cadeia produtiva da aquicultura, por meio de ações de fortalecimento de políticas públicas e abertura de novos mercados para comercialização do pescado brasileiro. Prevê ainda a melhoria do ambiente regulatório em questões relacionadas ao licenciamento ambiental e à Política Nacional de Aquicultura e Pesca.

O presidente da CNA apresentou números do setor, que ocupa a 13ª colocação no ranking mundial, mas possui 12% da disponibilidade de água doce do planeta e 8,5 mil quilômetros de zona costeira com condições climáticas favoráveis à produção. Nos últimos anos, o Brasil saiu de um perfil extrativista de produção de peixes para uma produção estruturada, que apresenta elevado nível tecnológico. **(CNA/Senar)**





EDIÇÃO IMPRESSA PRODUZIDA PELO JORNAL DIÁRIO DO COMÉRCIO.
Circulação diária em bancas e assinantes. As versões digitais e as íntegras das Publicações Legais contidas nessa página, encontram-se disponíveis no site: diariodocomercio.com.br/publicidade-legal
Acesse também através do QR CODE ao lado.

LOCALIZA FLEET S.A.
CNPJ Nº 02.286.479/0001-08 - NIRE Nº 31300013014 - COMPANHIA ABERTA
Localiza Gestão de Frotas

ATA DE REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO REALIZADA EM 23 DE JULHO DE 2024

Data, Horário e Local: Realizada em 23 de julho de 2024, às 17h00, virtualmente e na sede social da Localiza Fleet S.A. ("Companhia"), localizada na cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, na Avenida Bernardo de Vasconcelos, nº 377, Bairro Cachoeirinha, CEP 31.150-000. **Convocação:** Dispensada a convocação em virtude da presença de todos os membros do Conselho de Administração. **Presença:** Presentes todos os membros do Conselho de Administração, a saber: Eugênio Pacelli Mattar, Bruno Sebastian Lasansky e João Hilário de Ávila Valgas Filho. **Mesa:** Eugênio Pacelli Mattar, Presidente, e Gabriella Gomes Vieira Campos Faustino, Secretária. **Ordem do Dia: (1)** Discutir e deliberar sobre a outorga do 4º Aditamento à Carta Fiança de n.º 100422110200100 ("Carta Fiança") emitida pelo **BANCO ITAÚ S/A,** com sede na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 3500,Itaim Bibi, CEP: 4538132, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo ("Fiador"), em favor de **IATA INTERNACIONAL AIR TRANSPORT ASSOCIATION,** inscrita no CNPJ sob nº 33.291.022/0001-07, com sede na Alameda dos Maracatis, nº 426, Conj. 507, Indianópolis, CEP: 04.089-000, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo ("Favorecido"), tendo como Afiançada a subsidiária indireta da Companhia, a **VOLL S/A.**, sociedade anônima de capital fechado, inscrita no CNPJ sob nº 09.306.896/0001-06 ("Afiançada"), para atualizar/alterar o valor limite da Carta Fiança para **R$ 2.729.257,00** (dois milhões, setecentos e vinte e nove mil, duzentos e cinquenta e sete reais); e **(2)** Autorizar, desde já, os Diretores da Companhia a pratiquem todos os atos necessários à realização da outorga da referida Carta Fiança. **Deliberações tomadas por unanimidade: (1)** Nos termos do artigo 11, alínea "q" do Estatuto Social da Companhia, autorizada a outorga da garantia da Carta Fiança a ser celebrada entre a subsidiária indireta da Companhia, a **VOLL S/A**, na qualidade de afiançada; o **BANCO ITAÚ S/A,** com sede na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 3500,Itaim Bibi, CEP: 4538132, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na qualidade de fiador; e a **IATA INTERNACIONAL AIR TRANSPORT ASSOCIATION** na qualidade de favorecido. Os termos e garantias do 4º Aditamento à Carta Fiança estarão expressos no referido instrumento, sendo que a garantia se limita ao valor de até **R$ 2.729.257,00** (dois milhões, setecentos e vinte e nove mil, duzentos e cinquenta e sete reais), com prazo de vigência de 664 (seiscentos e sessenta e quatro) dias, a contar da data de emissão da Carta Fiança, vigorando até o dia 11 de novembro de 2024, inclusive. **(2)** Ficam autorizados, desde já, os Diretores da VOLL S/A a praticarem todos os atos necessários à realização da outorga da garantia da Carta Fiança, incluindo, mas não se limitando, a formalização do referido documento. **Encerramento e Lavratura da Ata**: Nada mais havendo a ser tratado, foi oferecida a palavra a quem dela quisesse fazer uso e, como ninguém se manifestou, foram encerrados os trabalhos pelo tempo necessário à lavratura da presente ata, a qual, após reaberta a sessão, foi lida, aprovada por todos os presentes e assinada. Para fins de certificação digital, a assinatura da documentação será realizada isoladamente pela Sra. Gabriella Gomes Vieira Campos Faustino. **Certidão:** Declaro que esta é cópia fiel da Ata de Reunião do Conselho de Administração acima constante, que se encontra transcrita no livro próprio, arquivado na sede social da Companhia, com a assinatura de todos os participantes: Mesa – Eugênio Pacelli Mattar, Presidente; e Gabriella Gomes Vieira Campos Faustino, Secretária. Membros do Conselho de Administração – Eugênio Pacelli Mattar, Bruno Sebastian Lasansky e João Hilário de Ávila Valgas Filho.

Belo Horizonte/MG, 23 de julho de 2024.
Gabriella Gomes Vieira Campos Faustino - **Secretária**

NEGÓCIOS

Fast Tennis deve faturar mais

ESPORTE Com estímulo das Olimpíadas, empresa pretende alçançar receita de R$ 5 milhões em 2024

MICHELLE VALVERDE

Os Jogos Olímpicos, que este ano serão de 26 de julho a 11 de agosto, colocam diversas modalidades esportivas em evidência e, em muitos casos, incentivam a prática de uma atividade física. Esse movimento é importante para os negócios relacionados aos esportes, que podem aproveitar o momento para impulsionar os resultados. Em Minas Gerais, a rede de franquias Fast Tennis, com sede em Belo Horizonte, vai explorar essa oportunidade para ampliar ainda mais os negócios.

Somente em 2024, a expectativa da rede é faturar o dobro de 2023, alcançando, assim, a cifra de R$ 5 milhões. Hoje, a rede conta com oito unidades em funcionamento - sendo sete em Belo Horizonte - e 20 em implantação, deste total, seis são em Belo Horizonte, uma em Sete Lagoas e as demais em outros estados. Até o final doano, a estimativa é alcançar 50 unidades.

De acordo com o CEO da Fast Tennis, Lucas André, o mercado está bastante aquecido e a demanda pela franquia está em alta. "No ano passado, nós tínhamos cinco unidades, hoje, já estamos com 20 em implantação e oito em funcionamento. Nossa expectativa é continuar crescendo. Até o final do ano, a projeção é chegar a 50 unidades".

Conforme Lucas André, com a realização das Olimpíadas há a expectativa de aumento do incentivo para a prática de esportes, assim, a rede irá promover campanhas especiais para atrair novos clientes e também fidelizar os antigos. Com esse plano estratégico sazonal, a rede prevê aumento de 15% na procura por aulas, o que pode ser ainda melhor, de acordo com o desempenho das equipes brasileiras no torneio.

"As empresas crescem pelas estratégias e méritos, mas também é preciso estar no lugar certo e no momento certo", diz.



No ano passado, empresa tinha cinco unidades; hoje, são 20 em implantação e oito em funcionamento. Até o fim de 2024, a previsão é de chegar a 50 unidades FOTO: RENATA ROMÃO / ACERVO FAST TENNIS

Demanda - Outro ponto que tem ajudado na expansão dos negócios é a importância de se praticar atividades *offlines*, ao ar livre, uma vez que há um movimento global excessivo para a digitalização, tanto do trabalho como das relações. Há ainda, uma conscientização da importância de estar bem fisicamente, emocionalmente e mentalmente.

"Então, os esportes são uma alternativa para essa necessidade do ser humano. A rede trabalha com uma proposta inovadora, nosso propósito é levar para as pessoas, saúde e diversão através do tênis. É um movimento que está crescendo muito. Nossa aula é focada em comunicação positiva, então, a pessoa aprende a jogar tênis de forma divertida sem precisar estar envolvida em competição. Trabalhamos para atrair pessoas que não são tenistas, pessoas que são propensas a jogar tênis como uma atividade física e de forma mais leve", observa.

300 unidades em 2028 - Com a tendência de mercado aquecido ao longo dos próximos anos, os planos para a Fast Tennis são de crescimento expressivo. A meta é crescer gradualmente chegando em 2028 com 300 unidades no País, cerca de 54 mil clientes e gerando em torno de 2 mil empregos.

O valor inicial para investimento na franquia Fast Tennis é de R$ 250 mil, incluindo todas as despesas - como taxa de franquia, construção, capital de giro, entre outros. O ideal é ter um lote de 540 metros quadrados, se possível plano para facilitar a construção. Os valores de investimentos variam conforme o modelo escolhido, que pode ter mais de uma quadra e também quadra infantil. O retorno dos investimentos é de cerca de 18 meses.

"Uma das vantagens para os nossos franqueados é que trabalhamos com planos mensais pagos no cartão de crédito, uma assinatura. Esse modelo de assinatura gera previsibilidade de receita e traz segurança para o empresário, que tem previsão de faturamento por mês", diz.

"A rede trabalha com uma proposta inovadora, nosso propósito é levar para as pessoas, saúde e diversão através do tênis. Trabalhamos para atrair pessoas que não são tenistas, pessoas que são propensas a jogar tênis como uma atividade física"

Lucas André

SUSTENTABILIDADE

RHI Magnesita lança *e-book* sobre ações de ESG

A RHI Magnesita, líder global em refratários, lançou o *e-book* "Construindo um futuro sustentável – Iniciativas de Sustentabilidade na América do Sul em 2023". O livro digital traz algumas ações ambientais, sociais e de governança (ESG) da multinacional realizadas no ano passado.

A empresa investe na economia circular e de carbono zero, além de estabelecer parâmetros de *compliance* para garantir integridade e conformidade com as normas. A RHI Magnesita também está comprometida em liderar iniciativas de ESG em sua cadeia de negócios.

"Estamos empenhados em sermos o principal parceiro dos nossos clientes em suas próprias jornadas de sustentabilidade. Acreditamos que uma aliança sustentável é o melhor caminho para um futuro de prosperidade econômica, respeitando o meio ambiente e impactando positivamente as comunidades", explica o presidente da RHI Magnesita para a América do Sul, Wagner Sampaio.

"Para isso, acreditamos que os propósitos de ESG devem permear toda a cadeia, desde fornecedores até clientes para que, juntos, possamos fornecer materiais básicos e essenciais para a vida moderna de maneira sustentável", frisa.



Empresa inaugurou 2º viveiro de mudas em Onça do Pitangui (MG), com capacidade de produzir 5 mil mudas do Cerrado e da Mata Atlântica por ano FOTO: DIVULGAÇÃO / RHI MAGNESITA

O desenvolvimento sustentável é um componente essencial da estratégia global da RHI Magnesita, que conta com metas específicas para alcance até 2025. Como signatária do Pacto Global desde 2018, a empresa está comprometida com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Organização das Nações Unidas (ONU).

A multinacional estabeleceu metas para direcionar e otimizar os esforços da empresa. Essas metas foram revalidadas em uma análise de materialidade no final de 2022. Entre elas estão: reduzir em 15% as emissões de CO2 por tonelada de produto (escopo 1, 2 e 3); diminuir em 5% o uso de energia por tonelada de produto; aumentar a utilização de mineral circular para 15%; e reduzir em 30% as emissões de óxido de nitrogênio (NOx) e óxido de enxofre (SOx) – meta já alcançada na China e na América do Norte (para América do Sul e Europa, a meta é alcançar até 2027). O fortalecimento de ações de segurança com meta de zero acidente e o aumento para 33% da presença feminina na liderança sênior também estão na pauta.

Iniciativas ambientais - A RHI Magnesita está em uma jornada de descarbonização. No ano passado, a RHI Magnesita recolheu cerca de 30 mil toneladas de resíduos de refratários no Brasil, destinando-os para reaproveitamento. Essa quantidade evitou a emissão de mais de 46 mil toneladas de gás carbônico (CO2) no meio ambiente. Com esse desempenho, a empresa alcançou uma taxa de 11,3% de sua produção na América do Sul utilizando materiais reciclados, em relação ao consumo total de matérias-primas (*Recycling Rate*).

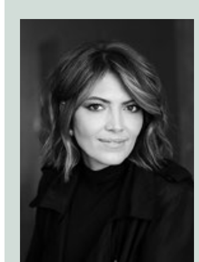
Entre outras ações ambientais também estão a preservação da fauna silvestre; a educação ambiental nas escolas; e a inauguração do 2º viveiro de mudas da companhia em Onça do Pitangui (MG), com capacidade de produzir 5 mil mudas do Cerrado e da Mata Atlântica por ano.

Em 2023, a RHI Magnesita investiu mais de R$ 2 milhões em 23 projetos sociais espalhados por nove territórios no Brasil, principalmente em Minas Gerais e na Bahia, beneficiando mais de 20 mil pessoas.

Em termos de governança, a estrutura e as práticas organizacionais asseguram condutas e relacionamentos íntegros, éticos e transparentes, conforme a empresa. A RHI Magnesita está listada no principal mercado da Bolsa de Valores de Londres, atendendo aos rigorosos padrões de governança e regulação de uma das maiores bolsas do mundo.

A empresa investe em gestão de riscos, auditorias internas e externas, investigações e treinamentos de compliance, canais de denúncias anônimas, segurança da informação, certificações externas independentes, metas corporativas anuais e de sustentabilidade.

INOVAÇÃO EM PAUTA



JANAYNA BHERING

Engenheira com mestrado em Ciência e Tecnologia, especialista em estatística aplicada a processos (Six Sigma Black Belt) e gestão da inovação. Atua no ecossistema de inovação há 20 anos. Atua como executiva Fundep, Presidente do conselho inovação e VP executiva na ACMinas

Inovação também é sobre pessoas

O desenvolvimento econômico de um país está intrinsecamente ligado ao seu avanço tecnológico e capacidade de inovação. Nesse contexto, a capacitação de mão de obra em ciência, tecnologia e inovação emerge como um dos pilares fundamentais. Países que investem consistentemente na formação e atualização de seus profissionais não apenas impulsionam suas economias, mas também fortalecem sua capacidade de tomar decisões estratégicas independentes, garantindo a segurança e o bem-estar de seus cidadãos a longo prazo.

Mestres e doutores em falta - De acordo com o estudo "Brasil: Mestres e Doutores 2024", realizado pelo Centro de Gestão de Estudos Estratégicos (CGEE), uma entidade vinculada ao Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações, o Brasil aumentou significativamente o número de mestres e doutores entre 2001 e 2021. Houve um crescimento de 210% no número de mestres e 271% no de doutores nesse período. Apesar desses avanços, o País ainda enfrenta desafios consideráveis.

A pesquisa revela que, apesar dos recentes aumentos, o Brasil ainda está atrás de muitos países da América Latina e do mundo desenvolvido em termos de proporção de mestres e doutores por habitante. Em comparação com 24 nações da OCDE, o Brasil possui o menor número de mestres e ocupa a 22ª posição em quantidade de doutores por 100 mil habitantes, com apenas dez, enquanto países como Reino Unido e Alemanha têm 34 e 37, respectivamente.

Vale ressaltar que o ensino de pós-graduação no Brasil alcançou uma escala e um padrão de qualidade que o destacam entre as nações em desenvolvimento, sendo reconhecido como um dos pontos fortes do nosso Sistema Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação.

O estudo enfatiza o papel crucial dos mestres e doutores na sociedade, especialmente em questões urgentes como mudanças climáticas, segurança alimentar e pandemias. A ciência é vista como fundamental para o desenvolvimento de tecnologias e soluções práticas, o que demanda um contingente robusto de profissionais qualificados.

Além disso, o estudo aponta disparidades regionais na formação de pós-graduados no Brasil, assim como uma queda significativa no interesse pela pós-graduação após a pandemia de Covid-19. Também destaca a necessidade de investimentos consistentes em infraestrutura e condições de trabalho para sustentar o crescimento científico, uma vez que não apenas melhoram a eficiência e a produtividade dos setores produtivos, mas também promovem a criação de novas indústrias e a diversificação econômica.

Outros pontos destacados incluem a baixa participação de mestres e doutores na indústria, um indicador crucial para a inovação econômica, e questões relacionadas à desigualdade de gênero e salarial. O estudo conclui ressaltando a importância de compreender e fortalecer o sistema científico brasileiro para assegurar um impacto positivo no desenvolvimento nacional.

Veja o estudo completo: https://mestresdoutores2024.cgee.org.br/estudo

Cultura organizacional é barreira para inovação

TRANSFORMAÇÃO DIGITAL Capacitar lideranças é necessário para realizar as mudanças

A estratégia de inovação na organização é de extrema importância para 68% das empresas brasileiras, conforme levantamento feito pela Meta junto com a Fundação Dom Cabral (FDC). No entanto, muitas ainda não têm KPIs ou orçamentos estabelecidos para projetos deste tipo.

Como reflexo do cenário, 45% dos executivos acreditam que o principal desafio da transformação digital não é a maturidade em tecnologia, mas sim a cultura organizacional. Para resolver este gap, é preciso capacitar a liderança para implementar uma cultura de gestão da inovação, capaz de desenvolver planejamentos relacionados à criação de novas ideias, processos e serviços, além de desempenhar papel crucial para um crescimento empresarial sustentável.

E uma empresa que impulsiona a gestão da inovação é a SoftExpert, fornecedora de softwares para gestão integrada da conformidade, inovação e transformação digital, oferece a solução SoftExpert ICM, que permite que as empresas ouçam seus colaboradores, coletem dados, definam critérios de avaliação e tomem decisões de forma muito mais eficiente, além de facilitar o processamento de insights e definição de prioridades, transformando ideias inovadoras em novas fontes de receita para a companhia.

A Hyundai, por exemplo, viabilizou seu programa de ideias e de inovação de processos por meio da plataforma. Com a solução, as ideias, assim como seu acompanhamento em tempo real, podem ser automatizadas e estruturadas em nuvem. Desde a criação do programa, mais de 20 mil ideias foram registradas, 8 mil delas foram implementadas e cerca de 500 prêmios foram distribuídos aos participantes. O processo de registro e aprovação de ideias, que levava dias para ser concluído, pode ser feito em poucos minutos, reduzindo atrasos e eliminando trabalhos manuais, por meio de um fluxo contínuo, no qual tudo fica registrado e pode ser consultado em tempo real por diferentes pessoas de áreas diversas.

Adaptação e competitividade - A metodologia de inovação atribui adaptabilidade ao mercado e competitividade entre os concorrentes. A cultura da novidade e da reinvenção abre caminhos cruciais para o potencial de uma organização, uma vez que os clientes estão cada vez mais exigentes e seletivos com as companhias que contratam.

E ela pode ser aliada no momento de gerenciamento de empresas e mudança de mentalidade, uma vez que a inovação pode impulsionar a criação de novos produtos e processos, se adaptando às necessidades da operação e oferecendo soluções e serviços personalizados para cada um. Dessa forma, amplia o potencial das estratégias corporativas e proporciona uma experiência melhor para a carteira de clientes.

A incorporação de tecnologias inovadoras, assim como a automatização de processos, otimiza a eficiência operacional da companhia, reduzindo a possibilidade de erros e incentivando a melhoria contínua dos produtos e serviços. Como consequência, há a redução dos custos por meio de processos menos burocráticos e a facilitação no mapeamento de crescimento empresarial.

O ambiente de trabalho também melhora, tendendo a ficar mais inspirador. Isso acontece pois os colaboradores são estimulados a se expressarem com novas ideias. Dessa forma, o engajamento aumenta, assim como a retenção de talentos na organização. A gestão que traz ideias e inovações apresenta maior chance de adaptação às métricas estabelecidas pelo mercado e contribui para que a organização antecipe cenários e desafios. Com isso, permite repensar estratégias e realocar recursos de forma rápida, com maior assertividade.

A capacidade de se adaptar às novas realidade e promover inovações deixou de ser tendência nas empresas e passou a ser questão de sobrevivência e expansão. "É muito importante que as empresas que fornecem transformação digital atuem na frente de educação, ajuda e conscientização da essencialidade da mudança de cultura e estrutura da empresa para seguir inovando e atingindo novos níveis de maturidade", destaca o CEO da SoftExpert Brasil, Hermínio Gonçalves.

> **"É muito importante que as empresas que fornecem transformação digital atuem na frente de educação, ajuda e conscientização da essencialidade da mudança de cultura"**
> Hermínio Gonçalves



Pesquisa mostra que 68% das empresas brasileiras acreditam que a estratégia de inovação na organização é de extrema importância FOTO: ADOBESTOCK

TECNOLOGIA

Minas é 2º estado com mais *travel techs*

O Sudeste é a região que concentra mais **travel techs, como são chamadas as startups que oferecem soluções tecnológicas para a indústria de viagem e turismo, com** 72,2%, com o estado de São Paulo reunindo mais da metade (109) delas. Em segundo lugar, aparece Minas Gerais, com 24. A região Sul vem na sequência, concentrando 16,6% das startups de turismo, com destaque para Santa Catarina com 17.

Os dados são da segunda edição do Mapa das Travel Techs Brasileiras, da Onfly— maior travel tech B2B da América Latina, que oferece uma completa gestão de viagens e despesas corporativas. O objetivo do estudo é compreender o perfil destas empresas. De acordo com o levantamento, atualmente o Brasil possui 205 travel techs em atividade, classificadas em um total de onze categorias.

São elas: tecnologia para outros players (24,4%), mobilidade (17,6%), experiências (13,2%), agenciamento e reservas on-line (12,2%), eventos (8,8%), gestão de viagens corporativas (6,8%), despesas corporativas (5,4%), serviços para viajantes (4,4%), hospedagem (3,4%), programa de fidelidade (2,4%) e benefício corporativo (1,5%).

No que diz respeito ao tamanho e grau de maturidade das travel techs, mais de 70% do setor é composto por empresas com até 50 funcionários – dessas, 36,1% têm até dez funcionários, muitas delas com uma operação liderada pelos fundadores. Empresas com cem ou mais colaboradores representam apenas 14,2% dos negócios hoje em operação.

"Temos um setor ativo, digitalizado e apto para escalar. Entre as empresas do País, as que oferecem soluções com tecnologia para o segmento de viagens ainda são poucas e, em sua maioria, jovens e tocadas por times mais enxutos. Dado o tamanho do mercado de turismo brasileiro e seu potencial de expansão, não seria exagero dizer que estamos diante de uma grande oportunidade de mercado", destaca o CEO e cofundador da Onfly, Marcelo Linhares.

Aportes em travel techs - Segundo o Crunchbase, principal plataforma de dados sobre inovação do mundo, 2021 foi o ano que concentrou a maior parte dos investimentos em travel techs na América Latina. As startups de turismo arrecadaram US$154,7 milhões.

Entre 2019 e 2023, este dado chegou a um volume de US$ 290 milhões. No Brasil, entre 2019 e 2023, o setor recebeu US$ 185 milhões e cerca de 75% dos aportes ocorreram só em 2021.

"É essencial que adotemos tecnologias inovadoras em nossas operações, demonstrando aos investidores um compromisso com a modernização desse mercado", frisa Linhares.

Desempenho do País - O mercado de viagens gerou R$ 189,5 bilhões de receita em 2023, no Brasil, conforme a Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Estado de São Paulo (FecomercioSP), o que representa uma alta de 7,8% em relação a 2022.

De acordo comlevantamento da entidade, em parceria com a Associação Latino Americana de Gestão de Eventos e Viagens Corporativas (Alagev), somente as viagens corporativas movimentaram em janeiro de 2024 cerca de R$ 7,3 bilhões – um aumento de 5,5% em relação a 2023. Os dados apontam que o segmento de turismo se prepara para retornar aos níveis pré-pandemia.

Cervejaria Uaimií muda estratégia de negócios

BEBIDAS Empresa recua na operação em Belo Horizonte para avançar e ampliar o alcance da marca

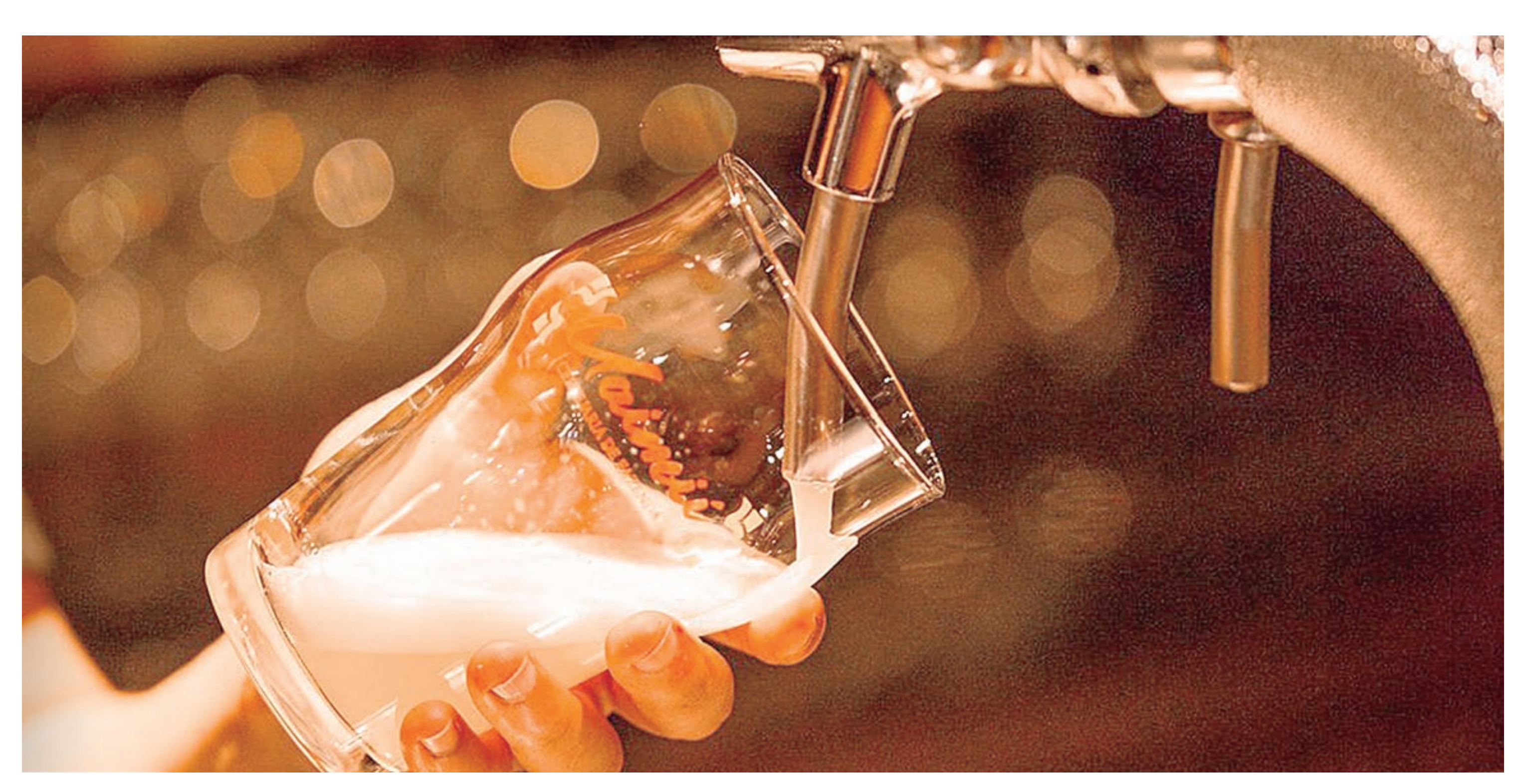
LEONARDO MORAIS

A cervejaria Uaimií, com produção na região Central de Minas Gerais, precisou recuar na operação em Belo Horizonte para avançar e ampliar o alcance da marca. No último dia 6 foram encerradas as operações do "Uaimií Brew Pub" no bairro Sion, após dez anos de atividade, sinalizando a mudança de estratégia do negócio.

Segundo a sócio-proprietária do estabelecimento, Flávia Paiva, a partir de agora, a empresa vai se dedicar à produção de cervejas, além de parcerias com negócios locais. "Hoje um bar próprio demanda muita energia e alguns bares podem ver isso como concorrência. Além disso, é uma tendência que as cervejarias não tenham um bar próprio e sim diversos pontos de venda", explica.

A iniciativa, segundo ela, permitirá que outros negócios possam ter a Uaimií como cerveja exclusiva, ampliando a capilaridade da marca em terras mineiras. Hoje, além de Belo Horizonte, a empresa está presente em cidades como Itabirito, Ouro Preto, São João del-Rei, Tiradentes, Pedro Leopoldo e Divinópolis.

Nos últimos dois anos, a empresa vem retomando os resultados pré-pandemia e projeta crescer 30% em 2024. "Com isso estamos estudando para o ano que vem uma ampliação da fábrica para aumentar nossa produção, que hoje é de 20 mil litros por mês", revela Flávia Paiva.



"Uaimií Brew Pub", no bairro Sion, na Capital, encerrou as atividades depois de dez anos FOTO: REPRODUÇÃO / REDES SOCIAIS UAIMIÍ CERVEJARIA

Novidades - Completando dez anos em 2024, a Uaimií prepara novidades e destaca o desejo de ampliar possibilidades, como a estreia de novos rótulos e maior foco em eventos no espaço da fábrica. "A cervejaria em Minas Gerais fica dentro de uma fazenda de flores e a nossa ideia é nos aproximar cada vez mais do consumidor", diz.

Foco principal do negócio, as parcerias colaborativas (ou *collabs*), são uma importante ferramenta de crescimento para todas as partes envolvidas. "A gente se ajuda, troca informações e compramos em conjunto para adquirirmos insumos mais baratos", acrescenta.

Atualmente, a Uaimií possui importantes parcerias, como a Cervejaria Kud, Prússia, Ouropretana, Caraça e Forja. A última, inclusive, rendeu uma releitura de uma receita medieval de cerveja elaborada pelo desenvolvedor de bebidas Daniel Gontijo.

Modelo de negócio diferenciado - Além dos negócios físicos, a cervejaria também vem fazendo sucesso em modelos itinerantes. É o caso do empreendedor Alberto Loureiro, que comercializa cervejas através da Kombi "Pela estrada a fora".

O empreendedor, que já possuiu negócios físicos, hoje prefere se deslocar para eventos privados como exposições de carros, festa junina e casamentos. Apesar de trabalhar com outras cervejas, a Uaimií é uma das marcas com maior demanda dos clientes."O produto é um sucesso e aceitação do público para o mercado de cerveja artesanal vem crescendo muito", afirma.

Para que isso aconteça, a empresa vai ampliar o número de visitações no local e promover passeios turísticos nas proximidades. Outro ponto destacado é o desejo de aumentar o número de eventos realizados, como festas corporativas, casamento e salas para degustação.

> **"Hoje um bar próprio demanda muita energia e alguns bares podem ver isso como concorrência. É uma tendência que as cervejarias não tenham um bar próprio"**
> Flávia Paiva

JOGO

Clube de pôquer é inaugurado em Belo Horizonte

LEONARDO LEÃO

Belo Horizonte acaba de ganhar um novo espaço dedicado ao pôquer. Neste mêsfoi inaugurado o Automóvel Club Poker (ACP) no centro da Capital. O novo empreendimento está entre os maiores clubes de pôquer de Minas Gerais, e tem a proposta de oferecer um ambiente sofisticado e moderno para os jogadores.

O ACP está localizado no anexo do tradicional edifício Automóvel Clube, no centro de Belo Horizonte. Com mais de 800 metros quadrados, o espaço pode acomodar até 240 jogadores simultaneamente em 24 mesas. O local também possui uma mesa equipada para transmissão ao vivo via *streaming*, ambiente climatizado, *lounge bet*, restaurante e sushibar.

O CEO do Automóvel Club Poker, Christiano Franco, afirma que as expectativas para esse novo projeto são as melhores possíveis. "Nós temos um projeto ambicioso para Belo Horizonte e para Minas Gerais. Queremos levar o pôquer para um patamar ainda maior", diz.

Dentre os diferenciais, Franco destaca o tamanho do empreendimento e a qualidade da estrutura. Além disso, ele também aponta para o fato de o espaço contar com profissionais qualificados, grade de torneios com valores acima do mercado e a presença de um *chef* renomado na cozinha do espaço.

Franco ressalta a aposta que está sendo feita neste segmento que, para ele, é um dos esportes que mais cresce no mundo. "Estamos trabalhando com muito profissionalismo para superar expectativas", frisa.

Parcerias comerciais - O projeto ainda conta com o patrocínio máster da casa de apostas KTO, resultado de um acordo realizado pela VP Esportes de Belo Horizonte, empresa contratada pelo clube para viabilizar parcerias comerciais. O CEO do Automóvel Club Poker, Christiano Franco, define a parceria como a "cereja do bolo" do empreendimento. Ele destaca o fato de a KTO trabalhar com o conceito de proporcionar uma experiência positiva para o cliente.

"Foi um casamento perfeito. Eu acredito que foi uma oportunidade que apareceu e que foi benéfica para ambos os lados. Essa parceria tem tudo para dar muito certo", disse.

O empresário ressalta que já há outras empresas interessadas em parcerias com o clube de pôquer. Dentre as marcas no radar estão uma empresa de jogos de raspadinhas, uma grande rádio brasileira e uma empresa que atua no segmento digital."Quando se tem um projeto bacana e bem elaborado como o nosso, as grandes empresas tendem a querer participar", declara.



O Automóvel Club Poker (ACP) está no anexo do Automóvel Clube FOTO: DIVULGAÇÃO / AUTOMÓVEL CLUB POKER

EVENTOS

Buffet Catharina vai mudar de endereço

LEONARDO LEÃO

Após 30 anos de funcionamento no mesmo local, o Buffet Catharina fechará as portas de sua unidade na avenida Raja Gabaglia, no bairro Estoril, região Oeste de Belo Horizonte, no final deste mês. O *buffet*, um dos mais tradicionais da capital mineira, está construindo uma nova sede no Buritis, na mesma região.

A sócia do Buffet Catharina, Simara Matos, explica que a decisão de mudança de endereço foi motivada pela busca por um local mais novo e moderno, que atenda às atuais exigências do mercado. Até a data da inauguração, o *buffet* funcionará em um endereço temporário, ainda não divulgado.

O novo imóvel, segundo a sócia, não será maior que o atual, possuindo cerca de 750 metros quadrados contra 950 metros quadrados da sede do Buffet Catharina no Estoril. A expectativa é de inaugurar o novo espaço no segundo semestre de 2025.

Simara Matos explica que a nova sede do *buffet* no Buritis estará localizada na avenida Professor Mário Werneck, próximo à avenida Barão Homem de Melo. Ela também ressalta que ainda não tem informações do que ocorrerá com o imóvel atual.

CONJUNTURA

Cai a confiança no Sudeste

INDÚSTRIA Indicador da região saiu de 50,5 pontos para 49, indicando pessimismo entre os empresários

JULIANA SODRÉ

O otimismo do empresário da indústria da região Sudeste reduziu em julho. O Índice de Confiança do empresário Industrial (Icei), calculado pela Confederação Nacional da Indústria (CNI) mostra que a queda da confiança na região foi o suficiente para que migrasse da confiança para a falta de confiança entre o mês passado e o atual. Além do Sudeste, industriais do Centro-Oeste e do Norte também se mostraram menos otimistas.

O indicador do Sudeste, de acordo com a pesquisa da CNI, caiu de 50,5 pontos para 49 e ficou abaixo da linha divisória de 50 pontos, que significa confiança. "É um combo de preocupação. A falta de confiança na própria economia brasileira e o aumento da volatilidade da taxa de câmbio podem ter afetado a confiança dos empresários do Sudeste. A região já vinha com índices baixos e, nesse momento de dólar alto, fez a transição para a não confiança. A indústria depende de insumos importados e a dificuldade de saber os custos gera esta incerteza", avalia o gerente de Análise Econômica da CNI, Marcelo Azevedo.



O indicador caiu em 18 setores, incluindo o de equipamentos de informática e eletrônicos FOTO: ARQUIVO / DIÁRIO DO COMÉRCIO / CHARLES SILVA DUARTE

De acordo com Azevedo, a região acompanhou um cenário que é praticamente todo o País, porém o Sudeste concentra a maioria das indústrias do Brasil e muitas estão ligadas ao mercado externo, seja por meio de exportações ou de importações.

Os dados da CNI mostram que nas regiões Centro-Oeste e Norte também houve recuo. O indicador no Centro-Oeste saiu de 53,4 pontos para 51,6. Já no Norte, o índice estava 55 em junho e passou para 53,4 pontos em julho. Já no Nordeste e no Sul, a confiança ficou estável, com 55,3 pontos e 47,9 pontos, respectivamente.

Apesar da queda registrada neste mês, as empresas de grande e médio portes seguem confiantes, registrando índices de 51,6 e 50,6, nesta ordem. Porém, registraram queda de 0,9 ponto do índice de confiança. Já as pequenas empresas registraram falta de confiança ao apresentarem índice de 49,3; recuo de 0,4 ponto.

Ainda de acordo com a pesquisa, a confiança ainda caiu em 18 dos 29 setores da indústria pesquisados e em todos os portes de empresas industriais no mesmo período. Os setores menos confiantes foram:

- equipamentos de informática e eletrônicos (45,9);
- máquinas e equipamentos (46,06);
- produtos de material plástico (46,8) e
- metalurgia (47,3).

O setor de celulose e papel foi o único a fazer a transição da falta de confiança para a confiança. Nesse setor, o índice em junho era de 49,4 e passou para 51 em julho. Dessa forma, 18 setores da indústria mostraram confiança, enquanto 11 registraram falta dela.

Os setores mais confiantes foram:

- Farmoquímicos e farmacêuticos (57,3);
- Manutenção e reparação (57,3);
- Têxteis (53,7) e
- Móveis (53,5).

> **"É um combo de preocupação. A falta de confiança na economia brasileira e a volatilidade do câmbio podem ter afetado a confiança dos empresários"**
> Marcelo Azevedo

Cenário nacional e câmbio são fatores de preocupação para 20% do setor

Brasília - A elevada carga tributária segue como o principal problema enfrentado pelas empresas industriais. Mas existe outro fator que despertou a atenção da indústria recentemente e tem preocupado o setor: a taxa de câmbio. De acordo com os indicadores econômicos da pesquisa Sondagem Industrial, divulgada pela Confederação Nacional da Indústria (CNI), o percentual dos três principais problemas enfrentados no trimestre subiu de 5,6% para 19,6%, entre o primeiro e o segundo trimestres de 2024.

O economista Fernando Dantas diz que a taxa de câmbio se tornou uma preocupação para a indústria porque existem fatores que impactam diretamente nas operações e na competitividade. Entre os principais motivos, ele destaca a desvalorização da moeda local.

"Uma moeda desvalorizada pode aumentar os custos de produção, impactando a margem de lucros. Do ponto de vista da política monetária de investimentos, as flutuações cambiais impõem que as indústrias precisem de maior estabilidade para planejar investimentos de longo prazo. As flutuações das taxas de câmbio geram incertezas, dificultando a previsão de receitas e despesas futuras", destaca.

Dantas também afirma que as empresas com dívidas e financiamentos em moedas estrangeiras são diretamente afetadas pela desvalorização da moeda local, aumentando os custos financeiros e o risco de inadimplência.

"A desvalorização da moeda, então, também pode gerar inflação importada, significando que os preços dos produtos importados e os serviços adquiridos no exterior podem diminuir o poder de compra do consumidor, têm impacto sobre a capacidade das indústrias de repassar esses custos e isso gera uma série de impactos sobre a capacidade da indústria de se manter competitiva, previsível e com preços estáveis", ressalta.

Segundo o professor de Logística e Planejamento Estratégico do Centro Universitário Uniceplac e Mestre em Gestão Econômica do Meio Ambiente, Romilson Aiache, qualquer instabilidade em áreas que compõem formação de custos e de preços dificulta o planejamento empresarial e o desempenho da organização. "Pensando na oferta agregada, isso pode atrapalhar a produtividade e a competitividade dos nossos produtos", ressalta. **(Brasil 61)**



Empresas com dívidas e financiamentos em moedas estrangeiras são diretamente afetadas pela desvalorização do real FOTO: RICARDO MOARES / REUTERS

Fragilidade da economia afeta a competitividade dos produtos

Brasília - Para o professor Romilson Aiache, a instabilidade econômica, além de causar desgaste ao País, afeta a produtividade e a competitividade dos produtos brasileiros.

"A taxa de câmbio é administrada pelo Bacen, que se mantém com postura independente do governo. Assim, a taxa de câmbio passa a ser uma resposta do mercado ao desempenho da economia. Nesse sentido, a reversão de um cenário desfavorável não é simples, pois depende de um conjunto de fatores econômicos e políticos, pois o mercado é sensível às medidas e atitudes governamentais", alerta.

Na opinião do economista Fernando Dantas, o contexto de volatilidade da taxa de câmbio torna o cenário da indústria nacional desafiador, muito embora, segundo ele, o câmbio desvalorizado torne o produto brasileiro mais competitivo em nível global. Por outro lado, o especialista destaca que "os insumos estrangeiros consumidos para a produção desses produtos nacionais também se valorizam sobremaneira, o que torna esse planejamento da indústria bastante difícil. Realmente, é necessário que se empreenda esforços no sentido de dar maior previsibilidade e estabilidade para a taxa de câmbio, a fim de tornar os produtos brasileiros mais competitivos.

Melhoria do cenário - O doutor em economia Gustavo Galvão Paraíso acredita que a valorização do dólar é um fenômeno que decorre das altas taxas de juros pagas pelos títulos do Tesouro Americano.

"Esse é um fenômeno que independe da própria política monetária aplicada no Brasil e se estende por todas as moedas transacionadas e conversíveis. O que o Banco Central faz para poder gerenciar essa situação é ofertar moeda, realizar contratos de swap cambial e há certa limitação para esse tipo de política", aponta.

Mas outras ações também poderiam controlar esse cenário de instabilidade. "Ajudaria também se o governo sinalizasse a responsabilidade com o equilíbrio fiscal e assim sinalizasse aos investidores estrangeiros que a estabilidade das expectativas gerará a segurança para o Brasil. Seus investimentos, o que trariam maior fluxo de recursos em moeda estrangeira, melhorando o perfil da taxa de câmbio no Brasil", avalia. **(Brasil 61)**

LEGISLAÇÃO

Receita vai restituir R$ 8,5 bi

IMPOSTO DE RENDA **Terceiro lote beneficiará mais de 6 milhões de contribuintes, incluindo 54,2 mil do Rio Grande do Sul, que receberão o pagamento no dia 31 de julho**

Brasília - A Receita Federal liberou ontem a consulta ao terceiro dos cinco lotes de restituição do Imposto de Renda de 2023, com a inclusão de cerca de 54,2 mil contribuintes do Rio Grande do Sul com direito a receber. O lote também contempla restituições residuais de anos anteriores.Ao todo, 6.091.572 contribuintes receberão R$ 8,5 bilhões. Segundo o Fisco, quase todo o valor irá para contribuintes com prioridade no reembolso. Por causa das enchentes no Rio Grande do Sul, neste ano, os contribuintes gaúchos foram incluídos na lista de prioridades.

Os residentes no Rio Grande do Sul que regularizaram a declaração em julho entraram na lista de prioridades. No mês passado, 252.738 contribuintes gaúchos receberam restituição, inclusive de exercícios anteriores.

Em relação à lista de prioridades, a maior parte, 5.711.130 contribuintes, informaram a chave Pix do tipo Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) na declaração do Imposto de Renda ou usaram a declaração pré-preenchida. Desde o ano passado, a informação da chave Pix dá prioridade no recebimento.

Em seguida, há 172.719 contribuintes que não informaram a chave Pix e não se encaixam em nenhuma das categorias de prioridades legais. Este é o primeiro lote a contemplar contribuintes não-prioritários.

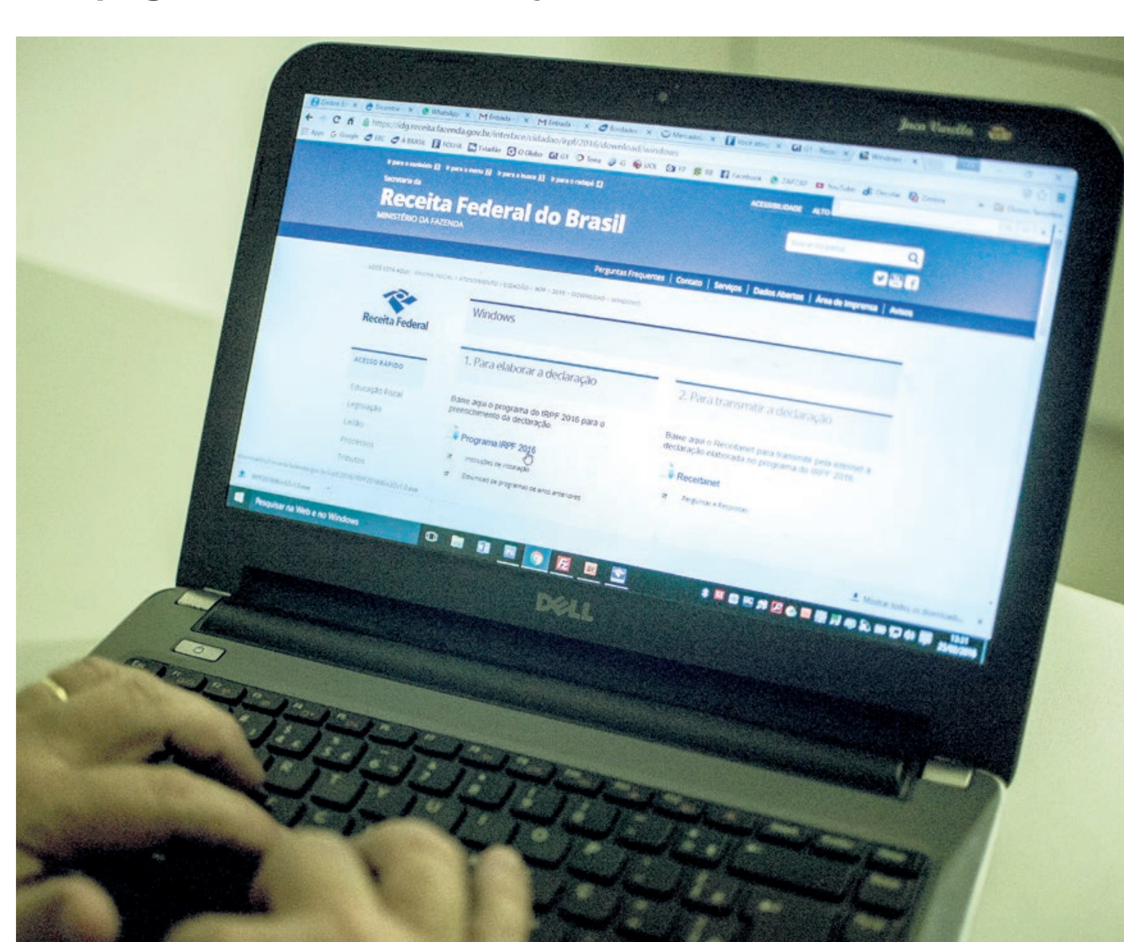
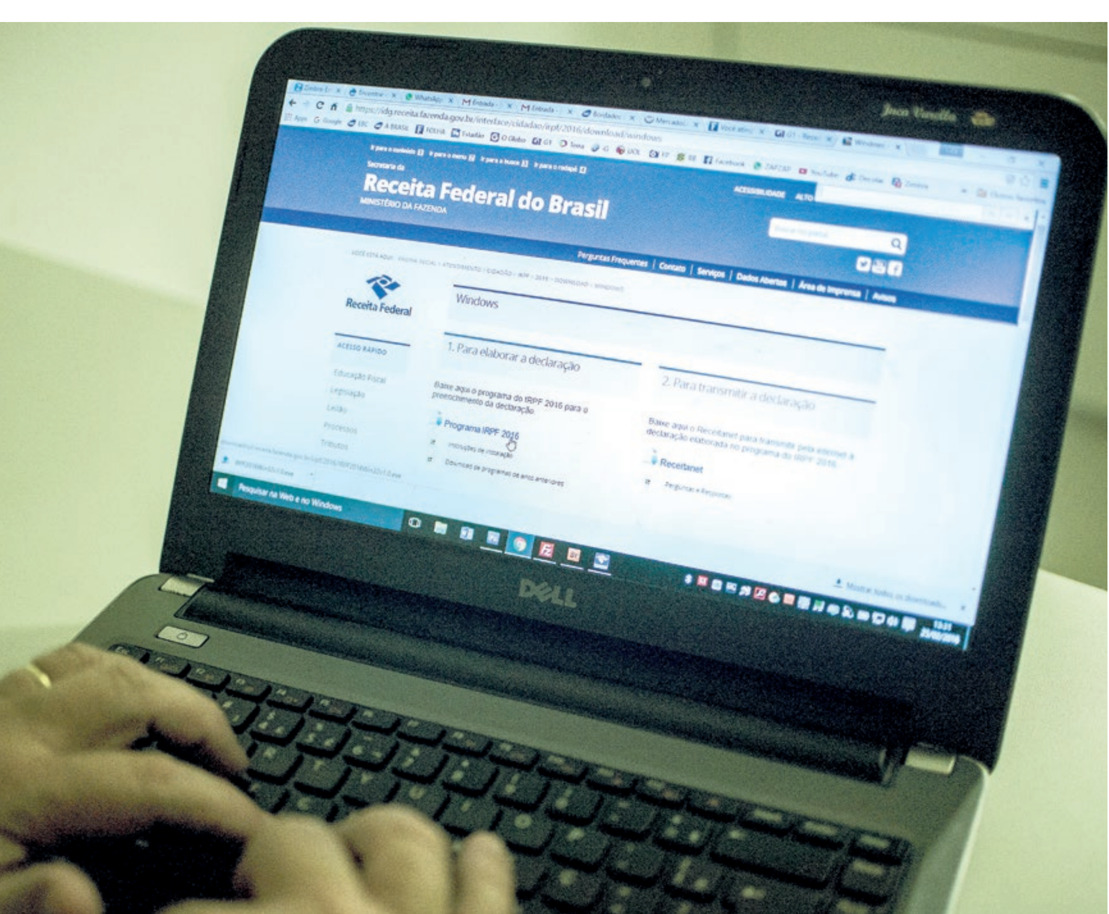
Em terceiro, há 95.040 contribuintes entre 60 e 79 anos. Em quarto, vêm 54.241 contribuintes residentes no Rio Grande do Sul. Em quinto lugar, estão 34.014 contribuintes cuja maior fonte de renda seja o magistério. O restante dos contribuintes são 14.756 contribuintes idosos acima de 80 anos e 9.672 contribuintes com alguma deficiência física ou mental ou moléstia grave.

A consulta pode ser feita na página da Receita Federal na internet. Basta o contribuinte clicar em "Meu Imposto de Renda" e, em seguida, no botão "Consultar a Restituição". Também é possível fazer a consulta no aplicativo da Receita Federal para tablets e smartphones.

O pagamento será feito em 31 de julho, na conta ou na chave Pix do tipo CPF informada na declaração do Imposto de Renda. Caso o contribuinte não esteja na lista, deverá entrar no Centro Virtual de Atendimento ao Contribuinte (e-CAC) e tirar o extrato da declaração. Se verificar uma pendência, pode enviar uma declaração retificadora e esperar os próximos lotes da malha fina.

Resgate - Se, por algum motivo, a restituição não for depositada na conta informada na declaração, como no caso de conta desativada, os valores ficarão disponíveis para resgate por até um ano no Banco do Brasil. Nesse caso, o cidadão poderá agendar o crédito em qualquer conta bancária em seu nome, por meio do Portal BB ou ligando para a Central de Relacionamento do banco, nos telefones 4004-0001 (capitais), 0800-729-0001 (demais localidades) e 0800-729-0088 (telefone especial exclusivo para deficientes auditivos).

Caso o contribuinte não resgate o valor de sua restituição depois de um ano, deverá requerer o valor no Portal e-CAC. Ao entrar na página, o cidadão deve acessando o menu "Declarações e Demonstrativos", clicar em "Meu Imposto de Renda" e, em seguida, no campo "Solicitar restituição não resgatada na rede bancária". **(ABr)**

A consulta ao terceiro dos cinco lotes de restituição do Imposto de Renda de 2023 já está disponível FOTO: CRÉDITO MARCELO CAMARGO / AGÊNCIA BRASIL

CONSUMIDOR

TJMG condena empresa de energia solar

A 17ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJMG) manteve parte da sentença da Comarca de Turmalina, no Vale do Jequitinhonha, que condenou uma empresa especializada em energia solar a entregar a um cliente, em um prazo de 30 dias, uma usina fotovoltaica. Na decisão dos desembargadores, a ré terá que indenizar o consumidor por danos materiais, em valor a ser apurado em liquidação de sentença, conforme a média de produção da usina nos primeiros 30 dias de funcionamento, limitado a 3.040 quilowatts-hora (kWh) por mês. Além disso, o cliente deverá receber R$ 10 mil por danos morais.

Segundo a ação, o consumidor realizou um empréstimo de R$ 96.209,66 em novembro de 2020 para a aquisição de equipamentos e outros insumos para construção da usina de geração de energia fotovoltaica com capacidade de produção equivalente a 3.040 kWh por mês. O contrato estipulava um prazo de 90 dias e incluía, entre as obrigações da empresa, o fornecimento dos materiais elétricos e equipamentos necessários, tais como módulos fotovoltaicos, inversores, cabos, eletrocalhas, conectores, caixas de conexão e infraestrutura metálica para fixação dos painéis, ferramentas e quaisquer ferramentas e meios indispensáveis para a instalação dos painéis.

A usina deveria ficar pronta em maio 2021, mas, contrariando cláusula contratual, a empresa não cumpriu o combinado e tentou transferir para o contratante a responsabilidade de montar toda a estrutura. Segundo o consumidor, passado o prazo previsto para o término da obra, ele recebeu em casa uma funcionária da empresa requerendo que ele assinasse um ofício assumindo a responsabilidade pela montagem da usina.

Em 1ª Instância, o julgador entendeu que o cliente tinha direito apenas à instalação do equipamento, o que gerou recurso por parte do autor da ação. O relator, desembargador Roberto Soares de Vasconcellos Paes, reformou a decisão. O magistrado considerou que a empresa demonstrou descaso pelo consumidor, atrasando o início da produção de energia. **(Com informações do TJMG)**

AGENDA TRIBUTÁRIA FEDERAL

Histórico

Esta agenda contém as principais obrigações a serem cumpridas nos prazos previstos na legislação em vigor. Apesar de conter, basicamente, obrigações tributárias, de âmbito estadual e municipal, a agenda não esgota outras determinações legais, relacionadas ou não com aquelas, a serem cumpridas em razão de certas atividades econômicas e sociais específicas.

Nos termos do artigo 118, da Parte Geral do RICMS-MG/2023 os prazos fixados para o recolhimento do imposto, só vencem em dia de expediente na rede bancária onde deva ser efetuado o pagamento.

Agenda elaborada com base na legislação vigente em 10/06/2024. Recomenda-se vigilância quanto a eventuais alterações posteriores. Acompanhe o dia a dia da legislação no Site do Cliente (*www.iob.com.br/sitedocliente*).

O recolhimento do ICMS deverá ser efetuado até o dia 10 do mês subsequente ao da ocorrência do fato gerador, nas hipóteses não especificadas no artigo 112 ,"g", do RICMS-MG/2023.

Os prazos a seguir são os constantes dos seguintes atos:

a) artigo 112 da Parte Geral do RICMS-MG/2023; e

b) artigo 24 do Anexo VII do RICMS-MG/2023 (produtos sujeitos à substituição tributária).

O Regulamento de ICMS de Minas Gerais é aprovado pelo Decreto nº 48.589/2023.

Dia 25

ICMS - julho (11 a 23) - fabricante de refino de petróleo - Operações próprias do estabelecimento fabricante de produtos do refino de petróleo e de suas bases, classificado no código 1921-7/00 da Cnae, exceto para os produtos enquadrados no regime de tributação monofásica que dispõe de prazo de recolhimento diferenciado. Nota: Este prazo de recolhimento refere-se às operações ocorridas entre os dias 11 e 23 do mês de referência. DAE/internet, RICMS-MG/2023, artigo 112, XII, "b".

ICMS - julho (11 a 23) - prestação de serviço de comunicação na modalidade de telefonia e gerador, transmissor ou distribuidor de energia elétrica faturamento - Operações ou prestações próprias do prestador de serviço de comunicação na modalidade telefonia, classificado nos códigos 6110-8/01 e 6120-5/01 da Cnae, que apresente faturamento, por núcleo de inscrição, no mês anterior ao da ocorrência do fato gerador, superior a R$ 30.000.000,00, e do gerador, transmissor ou distribuidor de energia elétrica que apresente faturamento, no mês anterior ao da ocorrência do fato gerador, superior a R$ 300.000.000,00. **Nota:** Este prazo de recolhimento refere-se às operações ocorridas entre os dias 11 e 23 do mês de referência. DAE/internet, RICMS-MG/2023, artigo 112, XIII, "b".

Dia 29

ICMS - julho (1º a 26) - indústrias de bebidas e fumos - Operações próprias da indústria de bebidas, classificada no código 1113-5/02 da Cnae, que apresente faturamento, por núcleo de inscrição, no mês anterior ao da ocorrência do fato gerador, superior a R$ 400.000.000,00, e da indústria do fumo, classificada no código 1220-4/01 da Cnae, que apresente faturamento, por núcleo de inscrição, no mês anterior ao da ocorrência do fato gerador, superior a R$ 400.000.000,00. **Notas:**

(1) Este prazo de recolhimento refere-se às operações ocorridas entre os dias 1º e 26 do mês de referência.

(2) O recolhimento será efetuado até o dia 27 do mês da ocorrência do fato gerador, não havendo expediente bancário postergar para o primeiro dia útil seguinte. DAE/internet, RICMS-MG/2023, artigo 112, XI, "a".

DeSTDA - junho - Simples Nacional - A DeSTDA será transmitida mensalmente até o dia 28 do mês subsequente ao do encerramento do período de apuração ou até o primeiro dia útil seguinte, quando o término do prazo se der em dia não útil, pelos contribuintes cujas operações ou prestações estiverem sujeitas aos regimes de substituição tributária, da antecipação do recolhimento do imposto e à incidência do imposto correspondente à diferença entre a alíquota interna e interestadual. A DeSTDA também deverá ser transmitida à unidade da Federação onde o contribuinte mineiro estiver inscrito como substituto tributário.

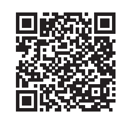
Programa Sedif-SN (Sistema Eletrônico de Documentos e Informações Fiscais do Simples Nacional), RICMS-MG/2023, anexo V, artigo 144, § 1º.

Dia 31

TFRM - junho- Taxa de Controle, Monitoramento e Fiscalização das Atividades de Pesquisa, Lavra, Exploração e Aproveitamento de Recursos Minerários (TFRM) - Recolhimento da TFRM relativa às saídas de recurso minerário do estabelecimento do contribuinte, no mês anterior. **Notas:**

(1) Para fins deste recolhimento considera-se, também, dia útil aquele declarado como ponto facultativo nas repartições públicas estaduais pelo Poder Executivo do Estado, desde que exista, no município onde esteja localizado o estabelecimento responsável pelo pagamento, agência arrecadadora credenciada em funcionamento.

(2) Pagamento deverá ser efetuado até o último dia útil do mês seguinte ao da emissão do documento fiscal. DAE/internet, Lei nº 19.976/2011, artigo 9º; Decreto nº 45.936/2012, artigo 10, §§ 1º e 2º.



FINANÇAS

Presidente do BC rebate críticas ao aumento de fraudes com o Pix

MEIOS DE PAGAMENTO Campos Neto afirma que as operações do sistema instantâneo brasileiro, desenvolvido pelo Banco Central, são mais seguras que o uso de cartões de crédito

São Paulo - O presidente do Banco Central (BC), Roberto Campos Neto, rebateu ontem as críticas sobre aumento no número de fraudes com o Pix. Ele disse que, na comparação com diversos outros sistemas, o pagamento instantâneo brasileiro, desenvolvido pela autarquia, é bem mais seguro.

"Às vezes eu vejo uma narrativa nesse tema de segurança que é muito fora da realidade. Eu vejo, de vez em quando, os artigos escrevendo que o número de fraudes aumentou muito. Não, o número de fraudes aumentou muito porque muitas coisas passaram a ser feitas com o Pix. A conta que você tem que fazer não é em números absolutos", disse durante evento sobre *blockchain* no Rio de Janeiro.

Segundo Campos Neto, enquanto o Pix apresenta sete fraudes a cada 100 mil operações, nos cartões de crédito a média é de 30 fraudes a cada 100 mil operações. Já o sistema da Inglaterra equivalente ao Pix tem uma média de 100 fraudes a cada 100 mil operações, segundo ele.

O presidente do BC mencionou estudos internacionais, como um realizado recentemente pelo Banco Mundial (Bird), que mostram que o Pix tem uma taxa de fraudes abaixo da média mundial.

"É óbvio que quando você passa a ter 224 milhões de operações por dia, as fraudes crescem. E a gente está tentando combater isso. Mas quando a gente faz a comparação, que é a comparação que deveria ser feita, o Brasil está bem melhor do que muitos outros sistemas. Eu acho que a gente precisa explicar, contar melhor a história", disse Campos Neto.

A declaração foi feita enquanto o presidente do BC dizia que algumas funcionalidades do Pix, como o Pix Agendado e Pix Automático, tiveram atraso no cronograma devido à greve de funcionários do Banco Central e também por conta da necessidade de um cuidado maior com a segurança.

"Em algum momento a gente falou: 'não adianta a gente fazer novas funcionalidades se eu não tiver segurança nas funcionalidades que eu já tenho. Então, como começou a crescer muito mais o número de operações do que a gente imaginava, em um momento a gente fez um freio para focar um pouco mais na segurança", disse o presidente do BC.

> **"É óbvio que quando você passa a ter 224 milhões de operações por dia, as fraudes crescem. O Brasil está bem melhor do que outros sistemas"**
> Roberto Campos Neto

Período de silêncio - Campos Neto deixou claro que só falaria sobre moedas digitais e pagamento instantâneo, e deixaria de fora análises sobre inflação e economia do Brasil. Os diretores do BC estão no chamado período de silêncio do Comitê de Política Monetária (Copom), o que ocorre antes e depois das reuniões do comitê.

O período se estende da quarta-feira da semana anterior àquela em que ocorre a reunião ordinária, na qual os diretores tomam a decisão sobre o patamar da taxa básica de juros, a Selic, até o momento da publicação da ata da reunião, que é divulgada em até quatro dias úteis, contados da data do término da reunião. **(Stéfanie Rigamonti/Folhapress)**



Roberto Campos Neto ressalta que o Pix apresenta uma taxa de fraudes abaixo da média mundial FOTO: BRENDAN MCDERMID / REUTERS

CRÉDITO

Financiamentos imobiliários devem crescer 7,8% em 2024



De acordo com a Abecip, 40% dos financiamentos imobiliários no Brasil são realizados com recursos do FGTS FOTO: PILAR OLIVARES / REUTERS

São Paulo - Os financiamentos imobiliários devem subir 7,8% este ano, sendo 40% deles realizados com recursos do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), informou ontem a Associação Brasileira das Entidades de Crédito Imobiliário e Poupança (Abecip).

Segundo dados da entidade, os financiamentos imobiliários com recursos do Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo (SBPE) e do FGTS devem encerrar 2024 com concessões da ordem de R$ 270 bilhões versus R$ 250 bilhões em 2023.

Apenas com recursos da poupança, o patamar de financiamentos imobiliários estimado é de R$ 164 bilhões, com aumento de 7,6% em base anual, o que tornaria o resultado um dos três melhores da série histórica, junto com os volumes de 2021 e 2022, de acordo com a associação.

No caso do FGTS, a Abecip trabalha o montante definido pelo Conselho Curador para habitação, de R$ 106 bilhões, embora considere uma eventual suplementação do orçamento, dado o forte desempenho das contratações no primeiro semestre. O montante é 8,1% superior ao direcionado para o setor no ano passado.

Nos primeiros seis meses de 2024, os financiamentos imobiliários somaram R$ 149 bilhões, uma expansão de 30% em relação ao mesmo período de 2023, puxada em parte pelo aumento de 75% nas contratações via FGTS, para R$ 67,2 bilhões, reflexo das novas medidas do governo federal para o programa habitacional Minha Casa, Minha Vida (MCMV).

Os financiamentos pela poupança SBPE cresceram 7% no mesmo período, acrescentou a entidade, para R$ 82,1 bilhões.

Em meio ao aquecimento do mercado, o ministro das Cidades, Jader Filho, disse no mês passado que o governo avalia ampliar os fundos do FGTS para habitação em até R$ 25 bilhões neste ano. O volume atual já foi consumido em mais de 60% no primeiro semestre, segundo os dados da Abecip. **(Reuters)**

PROGRAMA SOCIAL

BID e BAD destinarão recursos para o combate à fome

Rio de Janeiro - O presidente do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), Ilan Goldfajn, disse ontem que a instituição e o Banco Africano de Desenvolvimento (BAD) vão usar um instrumento financeiro inovador, que viabiliza a canalização de parte das reservas dos países junto ao Fundo Monetário Internacional (FMI) a bancos multilaterais de desenvolvimento, para apoiar a nova Aliança Global contra a Fome.

Em evento de lançamento da iniciativa de combate à fome, no Rio de Janeiro, Ilan destacou que para cada US$ 10 obtido dos países o BID poderá emprestar até US$ 8 no longo prazo. "Esses empréstimos poderiam ser dirigidos a programas sociais, incluindo a agricultura, programas de alimentação escolar e nutrição materna e infantil", disse.

O FMI autorizou, em maio, que os países-membros repassem parte de seus Direitos Especiais de Saques (SDR) para os balanços de bancos multilaterais, que têm buscado novas fontes de recursos para atender à demanda crescente por empréstimos.

Com a aprovação do instrumento de capital híbrido SDR, proposto pelo BID e o BAD, o FMI permitiu que os SDRs emprestados aos bancos multilaterais sigam sendo contabilizados como reservas.

Ilan, ex-presidente do Banco Central do Brasil, disse que o BID está comprometido com a erradicação da extrema pobreza até 2030. Ele afirmou que a instituição garante que mais de 50% dos seus projetos sejam focados em beneficiar os pobres, especialmente mulheres, afrodescendentes e indígenas.

A Aliança Global contra a Fome será lançada oficialmente em novembro, quando chefes de Estado se reunirão no Rio na Cúpula do G20. O evento desta quarta-feira abriu caminho para que países e instituições façam a adesão à proposta, que busca reunir conhecimento, recursos e parcerias para combater a fome. **(Reuters)**

Santander registra alta de 6% na base de clientes de cartões

BANCOS Faturamento do crédito da instituição financeira apresentou um crescimento de 16% no período de abril a junho frente ao mesmo intervalo do ano passado

São Paulo - O presidente-executivo do Santander Brasil, Mario Leão, destacou a melhora no resultado do segmento de cartões do banco no segundo trimestre, sinalizando uma perspectiva positiva para o ano como um todo.

"Nós estamos bastante contentes como está evoluindo o nosso negócio de cartões. Crescemos na quantidade de clientes e no faturamento", destacou em videoconferência sobre o balanço divulgado ontem, com lucro acima das previsões do mercado.

Em cartões, houve expansão de 6% na base de clientes ano a ano, enquanto o faturamento do crédito aumentou 16% no período de abril a junho frente ao mesmo intervalo de 2023. As receitas com cartões atingiram R$ 1,3 bilhão (+13,4%).

Leão lembrou que a operação com cartões diminuiu nos últimos dois anos, "algo consciente, não agradável de ver", mas parte da repaginada do portfólio do banco.

O executivo destacou que o banco ainda está vendendo dois terços do pico de 2021, mas em um nível de conhecimento do cliente e gestão mais preciso e muito mais profundo do que há três anos.

"Isso tem uma potência importante já para esse ano e principalmente quando a gente olha para os próximos anos. É um negócio que a gente escolhe voltar a crescer, voltar a crescer com qualidade", afirmou.

Devedores duvidosos - Ao falar sobre provisões para o próximo semestre, o diretor financeiro, Gustavo Alejo, afirmou que a tendência de provisão para devedores duvidosos (PDD) é positiva, com a carteira de crédito está crescendo onde o banco quer crescer e com as taxas da inadimplência em um bom patamar.

"Nós vamos continuar crescendo a carteira com essa qualidade de crédito que temos", afirmou, explicando que a mudança na dinâmica de recuperação de crédito já está refletida na PDD, e não haverá surpresas.

"A tendência é essa, vamos crescer a carteira, a performance esta indo bem, e aonde tem algum ruído a gente ajusta muito rápido", acrescentou o executivo.

No segundo trimestre, a carteira de crédito ampliada, que inclui operações estruturadas no mercado de capitais com risco de crédito, avais e fianças, atingiu R$ 665,592 bilhões, aumento de 7,8% ano a ano e de 1,8% na base trimestral.

O resultado de PDD gerencial recorrente totalizou R$ 5,896 bilhõess, uma redução de 1,4% em relação ao mesmo período do ano passado e de 2,4% sobre o primeiro trimestre.

A inadimplência superior a 90 dias atingiu 3,2%, queda de 0,2 ponto percentual no ano e estável no trimestre.

No caso das pequenas e médias empresas (PMEs), houve aumento nesse índice para 4,7% (+0,5 p.p. no ano e +0,3 p.p. no trimestre), o que o banco atribuiu a efeitos pontuais da alteração do modelo de cobrança e estratégia de renegociação no início do ano.

De acordo com Alejo, a inadimplência de PMEs de 15 a 90 dias já mostra melhora, com o indicador tendo ficado em 4,3%, queda de 0,9 p.p. no ano e de 0,6 p.p. no trimestre. "No 15-90, nas novas safras, estamos vendo uma boa performance."

O CEO do Santander não deu números ao responder a um analista sobre o retorno sobre patrimônio (ROE) à frente, mas disse que o banco quer consolidar o patamar dos "*mid-teens*" (em torno de 15% a 17%) e então buscar "*mid to high teens*" ao longo dos próximos trimestres.

"Não vou te dizer quantos trimestres, mas certamente são trimestres e não anos, se a gente demorar anos para bater '*mid to high teens*', a gente está tendo desafios maiores", afirmou. **(Reuters)**



As receitas com cartões do Santander Brasil chegaram a R$ 1,3 bilhão no segundo trimestre , um avanço de 13,4% FOTO: DIÁRIO DO COMÉRCIO / ARQUIVO / ALESSANDRO CARVALHO

> **"Nós estamos bastante contentes como está evoluindo o nosso negócio de cartões. Crescemos na quantidade de clientes e no faturamento"**
> Mario Leão

Indicadores Econômicos

Dólar

		24/07/2024	23/07/2024	22/07/2024
COMERCIAL*	COMPRA	R$ 5,6560	R$ 5,5850	R$ 5,5690
	VENDA	R$ 5,6570	R$ 5,5860	R$ 5,5700
PTAX (BC)	COMPRA	R$ 5,6340	R$ 5,5801	R$ 5,5592
	VENDA	R$ 5,6346	R$ 5,5807	R$ 5,5598
TURISMO*	COMPRA	R$ 5,6870	R$ 5,6210	R$ 5,5980
	VENDA	R$ 5,8670	R$ 5,8010	R$ 5,7780

Fonte: BC

Ouro

	24/07/2024	23/07/2024	22/07/2024
Nova Iorque (onça-troy)	US$ 2.396,26	US$ 2.409,28	US$ 2.396,48
BM&F-SP (g)	R$ 439,12	R$ 431,22	R$ 426,64

Fonte: Gold Price

Taxas Selic

	Tributos Federais (%)	Meta da Taxa a.a. (%)
Julho	1,07	13,75
Agosto	1,14	13,25
Setembro	0,97	12,75
Outubro	1,00	12,75
Novembro	0,92	12,25
Dezembro	0,89	11,75
Janeiro	0,97	11,75
Fevereiro	0,80	11,25
Março	0,83	10,75
Abril	0,89	10,75
Maio	0,83	10,50
Junho	0,79	10,50

Reservas Internacionais

23/07............................ US$ 361.475 milhões

Fonte: BCB-DSTAT

Imposto de Renda

Base de Cálculo (R$)	Alíquota (%)	Parcela a deduzir (R$)
Até 2.259,20	Isento	Isento
De 2.259,21 até 2.826,65	7,5	169,44
De 2.826,66 até 3.751,05	15	381,44
De 3.751,06 até 4.664,68	22,5	662,77
Acima de 4.664,68	27,5	896,00

Deduções:
a) R$ 189,59 por dependente (sem limite).
b) Faixa adicional de R$ 1.903,98 para aposentados, pensionistas e transferidos para a reserva remunerada com mais de 65 anos.
c) Contribuição previdenciária.
d) Pensão alimentícia.

Limite mensal de desconto simplificado: R$ 564,80
Medida Provisória nº 1.171, de 30 de abril de 2023

Obs: Para calcular o valor a pagar, aplique a alíquota e, em seguida, a parcela a deduzir.
Fonte: https://www.gov.br/receitafederal/pt-br/assuntos/meu-imposto-de-renda/tabelas/2024 - A partir de fevereiro de 2024.

Inflação

Índices	Julho	Agosto	Set.	Out.	Nov.	Dez.	Jan.	Fev.	Março	Abril	Maio	Junho	No ano	12 meses
IGP-M (FGV)	-0,72%	-0,14%	0,37%	0,50%	0,59%	0,74%	0,07%	-0,52%	-0,47%	0,31%	0,89%	0,81%	1,10%	2,45%
IPC-Fipe	-0,14%	-0,20%	0,29%	0,30%	0,43%	0,38%	0,46%	0,46%	0,26%	0,33%	0,09%	0,26%	1,87%	2,97%
IGP-DI (FGV)	-0,40%	0,05%	0,45%	0,51%	0,50%	0,64%	-0,27%	-0,41%	-0,30%	0,72%	0,87%	0,50%	1,11%	2,88%
INPC-IBGE	-0,09%	0,20%	0,11%	0,12%	0,10%	0,55%	0,57%	0,81%	0,19%	0,37%	0,46%	0,25%	2,68%	3,70%
IPCA-IBGE	0,12%	0,23%	0,26%	0,24%	0,28%	0,56%	0,42%	0,83%	0,16%	0,38%	0,46%	0,21%	2,48%	4,23%
IPCA-IPEAD	-0,22%	-0,30%	0,80%	0,46%	0,30%	0,77%	2,12%	0,24%	0,52%	0,24%	0,62%	1,23%	5,06%	6,97%

Salário/CUB/UPC/Ufemg/TJLP

	Julho	Agosto	Set.	Out.	Nov.	Dez.	Jan.	Fev.	Março	Abril	Maio	Junho
Salário	1320,00	1320,00	1320,00	1320,00	1320,00	1320,00	1412,00	1412,00	1412,00	1412,00	1412,00	1412,00
CUB-MG* (%)	-0,18	0,05	0,13	0,29	0,14	0,07	0,03	0,88	0,75	0,39	0,14	0,24
UPC (R$)	24,17	24,17	24,17	24,29	24,29	24,29	24,35	24,35	24,35	24,08	24,08	24,08
UFEMG (R$)	5,0369	5,0369	5,0369	5,0369	5,0369	5,0369	5,2797	5,2797	5,2797	5,2797	5,2797	5,2797
TJLP (&a.a.)	7,00	7,00	7,00	6,55	6,55	6,55	6,53	6,53	6,53	6,67	6,67	6,67

***Fonte:** Sinduscon-MG

TR/Poupança

18/06 a 18/07	0,0920	0,5925	07/07 a 07/08	0,0705	0,5709
19/06 a 19/07	0,0936	0,5941	08/07 a 08/08	0,0742	0,5746
20/06 a 20/07	0,0956	0,5961	09/07 a 09/08	0,0744	0,5748
21/06 a 21/07	0,0653	0,5656	10/07 a 10/08	0,0748	0,5752
22/06 a 22/07	0,0389	0,5391	11/07 a 11/08	0,0707	0,5711
23/06 a 23/07	0,0652	0,5655	12/07 a 12/08	0,0670	0,5673
24/06 a 24/07	0,0915	0,5920	13/07 a 13/08	0,0670	0,5673
25/06 a 25/07	0,0894	0,5898	14/07 a 14/08	0,0707	0,5711
26/06 a 26/07	0,0906	0,5911	15/07 a 15/08	0,0744	0,5748
27/06 a 27/07	0,0916	0,5921	16/07 a 16/08	0,0744	0,5748
28/06 a 28/07	0,0686	0,5689	17/07 a 17/08	0,0745	0,5749
01/07 a 01/08	0,0739	0,5743	18/07 a 18/08	0,0709	0,5713
02/07 a 02/08	0,0740	0,5744	19/07 a 19/08	0,0671	0,5674
03/07 a 03/08	0,0742	0,5746	20/07 a 20/08	0,0671	0,5674
04/07 a 04/08	0,0703	0,5707	21/07 a 21/08	0,0708	0,5712
05/07 a 05/08	0,0669	0,5672	22/07 a 22/08	0,0745	0,5749
06/07 a 06/08	0,0668	0,5671	23/07 a 23/08	0,0745	0,5749

Taxas de câmbio

MOEDA/PAÍS	CÓDIGO	COMPRA	VENDA
BOLIVIANO/BOLIVIA	30	0,8049	0,8226
COLON/COSTA RICA	35	0,3623	0,3647
COLON/EL SALVADOR	40	0,01053	0,01073
COROA DINAMARQUESA	55	0,8193	0,8195
COROA ISLND/ISLAN	60	0,04085	0,04095
COROA NORUEGUESA	65	0,5115	0,5117
COROA SUECA	70	0,5236	0,5238
DIRHAM/EMIR.ARABE	145	1,5339	1,5341
DOLAR AUSTRALIANO	150	3,7173	3,7188
DOLAR/BAHAMAS	155	5,634	5,6346
DOLAR CANADENSE	165	4,0868	4,0875
DOLAR DA GUIANA	170	0,02677	0,02709
DOLAR CAYMAN	190	6,7473	6,8298
DOLAR CINGAPURA	195	4,1976	4,2005
DOLAR HONG KONG	205	0,7215	0,7216
DOLAR CARIBE ORIENTAL	210	0,8254	0,8324
DOLAR DOS EUA	220	5,634	5,6346
FORINT/HUNGRIA	345	0,01555	0,01556
FRANCO SUICO	425	6,3726	6,3761
GUARANI/PARAGUAI	450	0,000742	0,000744
IENE	470	0,03673	0,03674
LIBRA/EGITO	535	0,1164	0,1167
LIBRA ESTERLINA	540	7,2803	7,2822
LIBRA/LIBANO	560	0,0000629	0,000063
LIBRA/SIRIA, REP	575	0,0004333	0,0004334
NOVO DOLAR/TAIWAN	640	0,1722	0,1724
NOVO SOL/PERU	660	1,4982	1,5007
PESO ARGENTINO	665	0,06729	0,06731
PESO CHILE	715	0,005923	0,005929
PESO/COLOMBIA	720	0,001394	0,001395
PESO/CUBA	725	0,2348	0,2348
PESO/REP. DOMINIC	730	0,0948	0,09542
PESO/FILIPINAS	735	0,09614	0,09619
PESO/MEXICO	741	0,3064	0,3065
PESO/URUGUAIO	745	0,1401	0,1403
QUETZEL/GUATEMALA	770	0,7251	0,7277
RANDE/AFRICA SUL	775	0,002675	0,002691
RENMINBI HONG KONG	796	0,7757	0,7758
RIAL/CATAR	800	1,5446	1,5455
RIAL/ARAB SAUDITA	820	1,5018	1,502
RINGGIT/MALASIA	828	1,2054	1,2063
RUBLO/RUSSIA	830	0,06532	0,06534
RUPIA/INDIA	860	0,06728	0,0673
WON COREIA SUL	930	0,004082	0,004085
EURO	978	6,1135	6,1164

Fonte: Banco Central / Thomson Reuters

Contribuição ao INSS

TABELA DE CONTRIBUIÇÕES A PARTIR DE DE 01/05/2023
Tabela de contribuição dos segurados empregados, inclusive o doméstico, e trabalhador avulso

Salário de contribuição (R$)	Alíquota (%)
Até R$ 1.412,00	7,50
De R$ 1.412,01 até R$ 2.666,68	9,00
De R$ 2.666,69 até R$ 4.000,03	12,00
De R$ 4.000,04 até R$ 7.786,02	14,00

CONTRIBUIÇÃO DOS SEGURADOS AUTÔNOMOS, EMPRESÁRIO E FACULTATIVO

Salário base (R$)	Alíquota %	Contribuição (R$)
1.412,00	5 (*)	70,60
1.412,00	11 (**)	155,32
1.412,01 até 7.786,02	20	Entre 282,40 (salário mínimo) e 1.557,20 (teto)

*Alíquota exclusiva do Facultativo Baixa Renda;
**Alíquota exclusiva do Plano Simplificado de Previdência;

COTAS DE SALÁRIO FAMÍLIA

	Remuneração	Valor unitário da quota
A Partir de 01/01/2024		
(Portaria ME 914/2020)	Até R$ 1.819,26	R$ 62,04

Fonte: Tabelas INSS e SF: Portaria Interministerial MTP/ME nº 12, de 17 de Janeiro de 2022

FGTS

Índices de rendimento (Coeficientes de JAM Mensal)

Competência do Depósito	Crédito	3% *	6%
Março/2024	Maio/2024	0,003491	0,005895
Abril/2024	Junho/2024	0,003338	0,005741

* Taxa que deverá ser usada para atualizar o saldo do FGTS no sistema de Folha de Pagamento.

Fonte: Caixa Econômica Federal

Seguros

11/07	0,01365452	3,04770553
12/07	0,01365512	3,04783887
13/07	0,01365539	3,04789967
14/07	0,01365539	3,04789967
15/07	0,01365539	3,04789967
16/07	0,01365582	3,04799543
17/07	0,01365639	3,04812311
18/07	0,01365696	3,04825052
19/07	0,01365754	3,04838015
20/07	0,01365781	3,04843943
21/07	0,01365781	3,04843943
22/07	0,01365781	3,04843943
23/07	0,01365823	3,04853405
24/07	0,01365880	3,04866079
25/07	0,01365935	3,04878462

Fonte: Fenaseg

TBF

13/07 a 13/08	0,7713
14/07 a 14/08	0,8082
15/07 a 15/08	0,8451
16/07 a 16/08	0,8453
17/07 a 17/08	0,8454
18/07 a 18/08	0,8097

Aluguéis

Fator de correção anual residencial e comercial

IPCA (IBGE)	
Maio	1,0393
IGP-DI (FGV)	
Maio	1,0088
IGP-M (FGV)	
Maio	0,9966

Agenda Federal

Dia 25

IPI - Pagamento do IPI apurado no mês de junho/2024 incidente sobre todos os produtos (exceto os classificados no Capítulo 22, nos códigos 2402.20.00, 2402.90.00 e nas posições 84.29, 84.32, 84.33, 87.01 a 87.06 e 87.11 da TIPI) - Cód. DARF 5123.
Darf Comum (2 vias)

IPI - Pagamento do IPI apurado no mês de junho/2024 incidente sobre produtos classificados no Capítulo 22 da TIPI (bebidas, líquidos alcoólicos e vinagres) - Cód. DARF 0668.
Darf Comum (2 vias)

IPI - Pagamento do IPI apurado no mês de junho/2024 incidente sobre os produtos do código 2402.90.00 da TIPI (outros cigarros) - Cód. DARF 5110.
Darf Comum (2 vias)

IPI - Pagamento do IPI apurado no mês de junho/2024 incidente sobre os produtos classificados nas posições 84.29, 84.32 e 84.33 (máquinas e aparelhos) e nas posições 87.01, 87.02, 87.04, 87.05 e 87.11 (tratores, veículos automóveis e motocicletas) da TIPI - Cód. DARF 1097.
Darf Comum (2 vias)

IPI - Pagamento do IPI apurado no mês de junho/2024 incidente sobre os produtos classificados nas posições 87.03 e 87.06 da TIPI (automóveis e chassis) - Cód. DARF 0676.
Darf Comum (2 vias)

IPI - Pagamento do IPI apurado no mês de junho/2024 incidente sobre cervejas sob o regime de Tributação de Bebidas Frias - Cód. Darf 0821.
Darf Comum (2 vias)

IPI - Pagamento do IPI apurado no mês de junho/2024 incidente sobre demais bebidas sob o regime de Tributação de Bebidas Frias - Cód. Darf 0838.
Darf Comum (2 vias)

Cofins - Pagamento da contribuição cujos fatos geradores ocorreram no mês de junho/2024 (art. 18, II, da Medida Provisória nº 2.158-35/2001, alterado pelo art. 1º da Lei nº 11.933/2009):
Cofins - Demais Entidades - Cód. Darf 2172
Cofins - Combustíveis - Cód. Darf 6840
Cofins - Fabricantes/Importadores de veículos em substituição tributária - Cód. Darf 8645
Cofins não cumulativa (Lei nº 10.833/2003) - Cód. Darf 5856
Se o dia do vencimento não for dia útil, antecipa-se o prazo para o primeiro dia útil que o anteceder (art. 18, parágrafo único, da Medida Provisória nº 2.158-35/2001).
Darf Comum (2 vias)

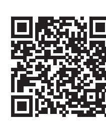
PIS-Pasep - Pagamento das contribuições cujos fatos geradores ocorreram no mês de junho/2024 (art. 18, II, da Medida Provisória nº 2.158-35/2001, alterado pelo art. 1º da Lei nº 11.933/2009):
PIS-Pasep - Faturamento (cumulativo) - Cód. Darf 8109
PIS - Combustíveis - Cód. Darf 6824
PIS - Não cumulativo (Lei nº 10.637/2002) - Cód. Darf 6912
PIS-Pasep - Folha de Salários - Cód. Darf 8301
PIS-Pasep - Pessoa Jurídica de Direito Público - Cód. Darf 3703
PIS - Fabricantes/Importadores de veículos em substituição tributária - Cód. Darf 8496
Se o dia do vencimento não for dia útil, antecipa-se o prazo para o primeiro dia útil que o anteceder (art. 18, parágrafo único, da Medida Provisória nº 2.158-35/2001).
Darf Comum (2 vias)

Dia 31

Cofins/PIS-Pasep - Retenção na Fonte - Autopeças - Recolhimento da Cofins e do PIS-Pasep retidos na fonte sobre remunerações pagas por pessoas jurídicas referentes à aquisição de autopeças (art. 3º, § 5º, da Lei nº 10.485/2002, com a nova redação dada pelo art. 42 da Lei nº 11.196/2005) no período de 1º a 15.07.2024.
Darf Comum (2 vias)

IRPJ - Apuração mensal - Pagamento do Imposto de Renda devido no mês de junho/2024 pelas pessoas jurídicas que optaram pelo pagamento mensal do imposto por estimativa (art. 5º da Lei nº 9.430/1996).
Darf Comum (2 vias)

IRPJ - Apuração trimestral - Pagamento da 1ª quota do Imposto de Renda devido no 2º trimestre de 2024, pelas pessoas jurídicas submetidas à apuração trimestral com base no lucro real, presumido ou arbitrado (art. 5º da Lei nº 9.430/1996).
Darf Comum (2 vias)



VARIEDADES

Agora é oficial: marco zero de BH é a Igreja da Boa Viagem

DIONE AS

A Prefeitura de Belo Horizonte (PBH) reconheceu a Igreja Nossa Senhora da Boa Viagem como o marco zero de Belo Horizonte ontem. Isso significa que a localização geográfica da igreja foi oficializada como o ponto de origem do povoado de Curral Del Rey, arraial que deu início à capital mineira.

O projeto que foi aprovado por unanimidade em segundo turno na Câmara Municipal de Belo Horizonte (CMBH) em junho recebeu a sanção do prefeito Fuad Noman (PSD) na terça-feira (23), sendo publicado na forma da Lei 11.724 na quarta-feira (24).

Na justificativa da proposta que originou a lei, o vereador Sergio Fernando Pinho Tavares (PL) diz que "o local onde se encontra edificada a Igreja de Nossa Senhora da Boa Viagem [...] representa um museu vivo da história da cidade".

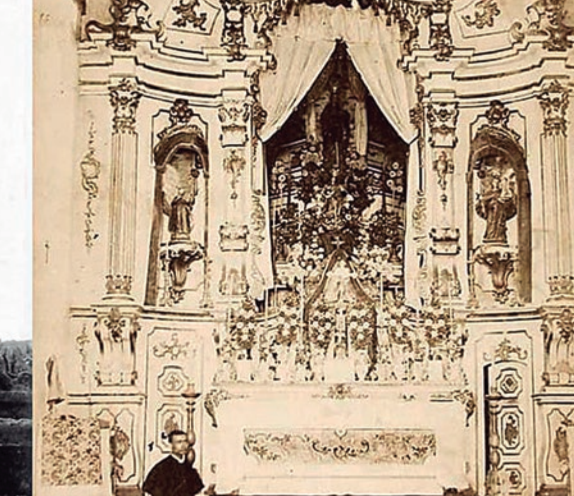
Nas redes sociais, o vereador ressaltou ontem que o reconhecimento vai além de uma oficialização: "É uma reparação histórica aos primeiros habitantes da capital mineira. Uma forma de valorizar a nossa riqueza cultural, religiosa e arquitetônica", concluiu.

> **"Projeto aprovado pela CMBH em junho foi sancionado pelo prefeito Fuad Noman na terça (23) e publicado como Lei 11.724 nesta quarta-feira (24)"**

Igreja celebra – Também nas redes sociais, a Igreja de Nossa Senhora da Boa Viagem que, por décadas, foi a catedral da cidade – título agora atribuído à nova Catedral Cristo Rei – comemorou a sanção da lei. "Foi em torno do adro da antiga igrejinha de pau a pique construída por Francisco Homem, no século XVIII – para abrigar a imagem de Nossa Senhora da Boa Viagem, por ele trazida de Portugal – que os tropeiros, migrantes e viajantes se reuniam, escoando o ouro das Minas, tocando gado até o Curral Del Rey", disse a publicação.

Segundo a Igreja, os viajantes tinham o costume de levar suprimentos para as fazendas e faziam da região um local para descanso e moradia. "Do encontro da fartura da cozinha das fazendas – na qual um pouco mais de água no ensopado permitia acolher à mesa mais um inesperado conviva – com o feijão, a farinha, o charque e o torresmo, trazidos secos nos alforjes dos tropeiros, se formou a culinária mineira, já reconhecida por muitos como patrimônio imaterial do Estado e do País e que hoje atrai inúmeros turistas à nossa Capital", apontou outro trecho da publicação.





Imagens da construção original da Igreja da Boa Viagem FOTO: REPRODUÇÃO / APCBH

História - Segundo os registros do Museu Histórico Abílio Barreto (MHAB) e do Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte (APCBH), o povoado foi renomeado para Belo Horizonte em 1890, no entanto, sua origem é de 1709 quando foi erguida a freguesia de Nossa Senhora da Boa Viagem do Curral Del Rey.

"A foto mais antiga que se tem registro do templo dedicado a Nossa Senhora da Boa Viagem é de 1894. Naquela época, foram surgindo fazendas no entorno da capela e, com o passar dos anos, foram abertas ruas e avenidas. A construção original da igreja foi demolida ainda na década seguinte, não restando nenhum vestígio", explicou o historiador e geólogo Mauro Luiz Kubitschek.

Após isso, segundo ele, uma segunda igreja foi erguida. "Ela teve a sua pedra fundamental enterrada em frente à construção atual no ano de 1910. Já o nome da santa se dá ao fato de que ela, ao ser trazida para o Brasil, abençoou os viajantes durante a travessia pelo oceano Atlântico até chegar ao arraial", recontou.

"Arraiá" vai agitar Palácio das Artes

Comidas e bebidas típicas, brincadeiras, músicas, a tradicional quadrilha, além de muita alegria e diversão prometem animar a 2ª edição do "Arraiá da Liberdade". A festança começa hoje (25) e vai até este sábado (27), pela primeira vez, no Palácio das Artes, e a entrada é gratuita. A iniciativa faz parte do Minas Junina, promovida pelo governo de Minas Gerais, por meio da Secretaria de Estado de Cultura e Turismo (Secult), com apoio da Fundação Clovis Salgado (FCS) e patrocínio da Gasmig.

"Arraiá da Liberdade" faz parte do programa Minas Junina FOTO: RENATA GARBOCCI / SECULT - MG

O "Arraiá da Liberdade" faz parte da programação do Palco Aberto. Um projeto do Centro de Formação Artística e Tecnológica (Cefart) que vai criar um ambiente para diálogo entre estudantes e artistas de diversas linguagens em um clima descontraído, a céu aberto, nos jardins do Palácio das Artes. O local se transformará em um espaço para celebrar a mineiridade e as tradições populares das festas que acontecem no Estado entre junho e julho. O objetivo é valorizar as raízes culturais mineiras e fortalecer o calendário anual de eventos da cidade, atraindo mais turistas, o que contribui para dinamizar o comércio local e a rede hoteleira, gerando mais empregos e renda.

A programação está recheada e hoje, às 18h, a abertura fica por conta da quadrilha Dú Tadeu. Às 19h, o tradicional Trio Lampião chega ao palco para não deixar ninguém parado. Durante todo o evento, a DJ Bruna Castro traz toda a musicalidade brasileira para o palco.

Na sexta (26), a partir das 18h, tem a apresentação da quadrilha Sangê de Minas. Em seguida, a banda Xote das Meninas é quem dita o ritmo e anima o Arraiá. Às 19h30, o trio Manacá da Serra, que tem nome de árvore, traz a mistura de Minas com o Nordeste, em um forró genuinamente brasileiro. Às 20h30, a quadrilha Sertão Dourado mostra todo seu gingado para o público. Às 21h, a quadrilha Arraiá Du Sagrado encerra a noite com muita animação, seguida da DJ Naty Nonato.

No sábado (27), a festa começa mais cedo, a partir das 15h, e tem também muita quadrilha, quitutes juninos e, às 18h, Aline Calixto chega com "Clara Viva no Forró" para animar o Arraiá da Liberdade com seu repertório bem mineiro e diversificado. Lembrando que a festança será nos jardins internos do Palácio das Artes.

Café com Fé

A Associação de Dirigentes Cristãos de Empresas (ADCE-MG) encerra julho com uma nova edição do "Café com Fé" que será nesta sexta-feira (26), às 8h, na sede da Clementino e Teixeira Advocacia (rua Ministro Orozimbo Nonato, 442, Vila da Serra), em Nova Lima. O encontro é uma oportunidade para interação, troca de ideias e de celebração. As vagas são limitadas. Para participar é necessário confirmar a presença pelos telefones: (31) 3281-0710 e (31) 98988-3079 ou pelo e-mail adceminas@adcemg.org.br. Desde 2009, a ADCE-MG promove missas e cultos ecumênicos mensais de maneira itinerante, nas sedes de empresas associadas e parceiras da entidade. A finalidade é oferecer aos empresários, funcionários e convidados um momento para um encontro fraterno e para reflexão espiritual. A ADCE-MG é uma entidade sem fins lucrativos que congrega empresários, dirigentes e profissionais liberais.

Sabará: de volta capela histórica

A Capela de Santo Antônio do Pompéu, em Sabará, na Região Metropolitana de Belo Horizonte, voltará a abrir suas portas à comunidade nesta sexta-feira (26), após sete meses de restauração. Com quase 300 anos, a igreja que guarda elementos do barroco mineiro e é tombada pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) passou por obras para revitalização do telhado, dos elementos artísticos e de todo o conjunto arquitetônico. As intervenções foram realizadas com recursos da Plataforma Semente, por meio de um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) firmado entre a AngloGold Ashanti e o Ministério Público (MPMG). O investimento foi de R$ 850 mil. A cerimônia de reabertura começa às 18 horas, com queima de fogos e, logo depois, às 18h30, tem a Santa Missa com incenso, que será celebrada pelo bispo auxiliar Dom Edmar José da Silva. A programação continua com show musical, e as comemorações seguem no sábado (27) e domingo (28).



FOTO: DIVULGAÇÃO / AMAP

"Porto Seguro" em Nova Lima

A Secretaria de Turismo de Porto Seguro (BA) e a operadora de turismo Visual apostam no Festival de Inverno de Nova Lima para divulgar roteiro na região. Além da apresentação do Grupo Caraivana, o evento contará com *lounge* temático inspirado no vilarejo baiano. O festival é às margens da Lagoa dos Ingleses e tem muita música, gastronomia e atrações diversas para o público e será neste sábado (27), de 13h às 23h. Neste ano, um dos principais destaques fica por conta justamente da festa Oxalá Caraíva, em homenagem ao vilarejo mais antigo do Brasil. A ação promocional vai focar o público de luxo, que é presença frequente e constante nas últimas edições do festival.

DiariodoComercio
diario_comercio
variedades@diariodocomercio.com.br
(31) 3469 2067